FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS REDES DE ENSINO PÚBLICO REGULAR NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Alliny Lodi de Souza
Carina Akimoto Monzani
Carla Alessandra Guedes Ferreira Doninho
Natali de Andrade Teixeira Echeveste Visconde

Presidente Prudente/SP
2006

FACULDADES INTEGRADAS
"ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO"

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS REDES DE ENSINO PÚBLICO REGULAR NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Alliny Lodi de Souza
Carina Akimoto Monzani
Carla Alessandra Guedes Ferreira Doninho
Natali de Andrade Teixeira Echeveste Visconde

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Profª Márcia Heloisa de Oliveira.

Presidente Prudente/SP
2006

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS REDES DE ENSINO PÚBLICO REGULAR NO MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social

_____
Márcia Heloisa de Oliveira

_____
Simone Duran Toledo Martinez

_____
Vera Lúcia de Melo Milan

Presidente Prudente/SP, 01 de dezembro de 2006.

“Quando tiver algum problema, faça alguma coisa!
Se não puder passar por cima, passe por baixo,
Passe através, dê a volta, vá pela direita, vá pela esquerda.
Se não puder obter o material certo, vá procurá-lo.
Se não puder encontrá-lo, substitua-o; se não puder substituí-lo, improvise.
Se não puder improvisar, inove. Mas, acima de tudo, faça alguma coisa!!”
(Desconhecido)

AGRADECIMENTOS

A DEUS

Agradeço primeiramente a Ele, que com a sua luz divina me guiou e me abençoou dando-me força e coragem para seguir em frente e não desistir.

À MINHA FAMÍLIA

Agradeço aos meus Pais, Zenisio e Neusa, que nunca me deixaram abater diante dos problemas, com suas palavras e gestos de amor me confortaram e me fizeram acreditar no meu potencial, me ensinaram erguer a cabeça e seguir em frente. As minhas Irmãs Ligiane e Mayara que souberam me compreender e me aconselhar nas horas difíceis. Aos meus Tios e Primos que sempre se preocuparam comigo, e nunca se esqueceram de pedir por mim em suas orações.

“Minha família soube me fazer sorrir e crer que tudo na vida vale a pena”.

AOS MEUS AMIGOS

Nos meus momentos de desespero, souberam me ouvir, incentivar e dizer que sou capaz, que bastava acreditar em mim, e que estariam sempre perto para me ajudar no que fosse preciso.

AO GRUPO

Não podia deixar de agradecer ao grupo. Nós tornamos amigas, confidentes, dividimos alegrias e tristeza, soubemos valorizar nosso potencial e concluir esse trabalho.

Agradeço a todos àqueles que fazem parte do meu cotidiano, aqueles que mesmo em pensamento pediram e rezaram por mim, para que eu superasse as dificuldades e conquistasse esse objetivo.

Agradeço de coração a todos por fazer parte da minha vida e estarem hoje presentes na realização desse sonho que significa muito pra mim.

Obrigada!

Alliny Lodi de Souza

“Tudo é possível ao que crê”. Marcos 9:23

A Deus...

Agradeço primeiramente a Deus, meu maior amigo, pela presença constante em todos os momentos, que me iluminou, me dando força, inspiração, perseverança e sabedoria para buscar a realização deste meu grande sonho, não me deixando desanimar e a superar todas as dificuldades nesta grande caminhada.

Aos pais...

Aos meus queridos pais Antonio Carlos e Alice, a quem tudo devo e muito amo, pela dedicação e pelo apoio que sempre recebi em meus estudos. Por sempre se doarem inteiramente, renunciando muitas vezes de seus sonhos, para realizarem os meus e por estarem ao meu lado nos momentos que mais precisei, em especial à minha mãe por ter me ensinado a amar o caminho que escolhi.

A minha avó...

Serei eternamente grata pela minha avó Rosa, por ter me apoiado e me ensinado a nunca desistir de meus ideais e principalmente por acreditar na minha capacidade.

Aos amigos e familiares...

Que direta ou indiretamente, contribuíram para que meu sonho se tornasse realidade.

Ao grupo...

Que durante este longo período convivendo juntas, nos tornamos amigas, compartilhando alegrias e tristezas, medos e angustias. Enfim a felicidade de concluirmos nosso trabalho com muita luta, força e determinação.

Carina Akimoto Monzani

A Deus

Gostaria de agradecer a Deus por todos os momentos maravilhosos que tenho tido em minha vida. Por momentos felizes e porque não os tristes? Muitas coisas aprendi com eles, muitos valores guardei e muitas vitórias conquistei como este trabalho em parceria com minhas amigas de grupo.

Aos Pais

Agradeço aos meus pais Antônio Carlos e Shirlei tudo que hoje sou...
Pois se cheguei até aqui foi graças a eles, que o tempo todo estiveram ao meu lado, nas horas que chorei e nas horas que sorri, e é com todo carinho que eu os homenageio. Vocês são pessoas maravilhosas é por isso que amo vocês.

Ao meu irmão

Quero compartilhar com meu irmão Gabriel, mais esta vitória em minha vida.

Ao meu marido

Ao meu marido Pedro, agradeço pela compreensão e paciência, sempre sendo uma pessoa especial que de maneiras, com palavras e atenções, me deu estimulo para continuar sem desanimar.

A minha filha

Em especial a minha amada filha Fernanda pela compreensão, pelo seu doce sorriso e o abraço apertado que me dava todo o conforto e o amor e mundo. Fazendo-me feliz em todos os momentos da minha vida

Aos amigos e familiares

Quero agradecer a todas as pessoas que amo e que existem na minha vida, que estão sempre perto até quando estão longe, agradeço de coração por todo carinho e amizade...enfim, a todos aqueles de que alguma forma, colaboraram pela realização deste trabalho.

.

Ao grupo

Agradeço as minhas amigas de grupo toda a dedicação e o esforço, e que a chama da nossa amizade permaneça acesa para sempre.

Carla Alessandra Guedes Ferreira Doninho

A Deus

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha existência e pela possibilidade da realização deste trabalho.

Aos Pais

Aos meus queridos pais, Dilce e Nelson, pelo carinho, dedicação, e apoio que sempre recebi ao longo da minha vida.
Obrigada a vocês que não mediram esforços para a realização deste meu grande sonho.
Amo muito vocês!

Ao meu irmão

Agradeço por estar sempre presente em minha vida.

Ao Grupo

A vocês minhas queridas amigas que tem demonstrado ao longo do tempo, muito carinho e paciência para comigo, o meu muito obrigada por tudo.

Natali de Andrade Teixeira Echeveste Visconde

RESUMO

Neste trabalho, as autoras discutem a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais nas redes de ensino publico, a maneira como se dá o processo de inclusão na sociedade de hoje, as dificuldades encontradas, pois a inclusão sempre atingiu de maneira impiedosa as pessoas portadoras de necessidades especiais. Historicamente certificamos que na Antiguidade as pessoas portadoras de necessidades especiais eram subordinadas a condições desumanas, de discriminação e exclusão, atribuída de varias formas preconceituosas ao longo de muitos anos, visão essa que se intensifica na idade media e se alonga após a segunda guerra mundial e após o termino das duas guerras, a sociedade teve um conceito diferente, promovendo uma visão patológica. A Constituição Federal de 1988, também trouxe novos avanços na legislação garantindo direitos no sentido de assegurar a proteção a este segmento e diminuir a desvantagem e preconceitos gerados pela sociedade. Destacamos neste trabalho através de uma pesquisa de campo que nos concebeu informações precisas de como está o processo de inclusão no âmbito escolar, as dificuldades encontradas neste processo, as mudanças e aceitação, para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Palavra Chave: Educação inclusiva. Portadores de necessidades especiais. Direitos sociais.

ABSTRACT

In this paper, the authors discuss the inclusion of some people who carry special cares in public schools, the inclusion process in the current society and the difficulties founded in this process because the inclusion always reaches in a cruel way these individuals. Historically we certify that in the antiquity these people who carry special necessities were subordinate to inhumane conditions like discrimination and exclusion in many prejudice ways during many years. It was intensified in the median age and it prolongs until after the Second World War. After the end of the two wars, the society has a different concept, it was promoted a pathologic point of view. The Federal Constitution of 1988 also makes some advances in the legislation assuring some rights guaranteeing protection to this segment and reducing the disadvantage and the prejudice made by the society. In this paper, through a research which gives us accurate information about the inclusion process in the school ambit, the underline the some founded difficulties in this process, the changes and the acceptance to these people who carry special necessities.

Key-words: Inclusion Education. People who carry special necessities. Social Rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1 CONCEPÇOES SOBRE DEFICIÊNCIA 16
1.1 Deficiência Visual 18
1.1.2 Deficiência auditiva 18
1.1.3 Deficiência mental 19
1.1.4 Deficiência física 19
1.1.5 Deficiência múltipla 19
1.1.6 Deficiência: verdades e mitos 21
1.2 Trajetória Histórica da Deficiência 23
1.2.1 No mundo 23
1.2.2 No Brasil 24
1.3 A Construção dos Direitos Humanos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais 26
1.3.1 Antiguidade clássica 26
1.2.3 Idade média 27
1.3.3 Século das luzes e o nascimento do liberalismo 27
1.3.4 Século XX – O Estado social 28
1.4 Os Direitos Humanos 30
1.4.1 Os direitos civis e políticos incluem os direitos 30
1.4.2 Os direitos econômicos, sociais e culturais incluem os direitos 30
1.5 Os Direitos de Desenvolvimento são os Direitos das Nações 30
1.6 As Constituições e os Direitos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais 31
1.6.1 A Constituição Federal de 1988 32
1.6.2 A legislação federal especifica ao portador de necessidades especiais 34

2 A POLITICA DA EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS REDES REGULARES DE ENSINO PÚBLICO 35

2.1 Conceitos Pré-Inclusivistas 36
2.2 Conceitos Inclusivistas 38
2.3 Inclusão Social 39
2.3.1 Inclusão social enquanto valor 40
2.3.2 Inclusão social enquanto paradigma 41
2.3.3 Inclusão social enquanto movimento 42
2.4 Da integração à inclusão 42
2.5 Educação Inclusiva 43
2.5.1 Fase de exclusão 45
2.5.2 Fase da segregação institucional 45
2.5.3 Fase de integração 45
2.5.4 Fase de inclusão 46
2.5.5 Educação Inclusiva no Brasil 47
2.6 A Conquista dos Direitos das PPNE na Educação 49

2.7 O Cenário Escolar no Âmbito da Educação Inclusiva das PPNE 55
2.7.1 Flexibilidade curricular 58

2.7.2 A capacitação dos professores 59
2.7.3 A administração da escola 60
2.7.4 A contribuição do Estado para o processo de educação inclusiva 61

3 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS 62
3.1 O Processo de Inclusão dos Alunos PNE nas Redes de Ensino Público 62
3.2 Dificuldades no Processo de Inclusão 64
3.3 Mudanças Ocorridas no Processo de Inclusão 66
3.4 Aceitação no Processo da Inclusão 68

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 70

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 73

ANEXOS 75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema “O processo de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais nas redes de ensino público regular no município de Presidente Prudente”. Foi pesquisada a maneira como está à inclusão do portador de necessidades especiais na escola regular e como esse processo vem sendo ocorrido, enfrentado dificuldades, preconceitos e desafios.

Tivemos como objetivo ao realizar esse trabalho identificar as principais dificuldades no processo da inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais, que no decorrer do trabalho será substituída pelo termo PPNE e/ou PNE, destacamos a importância da sua convivência com outras pessoas, desenvolvendo uma reflexão teórica sobre o direito à educação como sendo de todos, enfatizamos também as adaptações dos espaços físicos e a mudança do material didático pedagógico para o ensino desses alunos portadores de necessidades especiais, bem como a capacitação dos professores e se os mesmos estão realmente preparados para atender a essa demanda, independente da sua diversidade.

A pesquisa apresentada está estruturada em três capítulos e conclusão.

No primeiro capítulo, abordamos algumas considerações importantes sobre o conceito da deficiência e a evolução dos direitos humanos que começaram a ser valorizado a partir da 2º Guerra Mundial.

No segundo capítulo, mencionamos o direito à inclusão desse segmento no ensino público regular. Sendo a educação inclusiva uma das formas de incluir as PPNE dentro da sociedade, como cidadãos de direito e deveres.

No terceiro capítulo, avaliamos a pesquisa de campo, nos quais os dados obtidos na entrevista foram realizados com profissionais da área da educação diretora e professores e também as famílias das PPNE, buscando com isso uma análise de como está sendo desenvolvido o processo da inclusão desses alunos na atual conjuntura.

1 CONCEPÇOES SOBRE DEFICIÊNCIA

O termo “deficiente”, usado até a promulgação da Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, seguia a definição adotada mundialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e se referia a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais.

A terminologia usada atualmente é “pessoa portadora de necessidades especiais” PPNE, tendo em vista que o texto constitucional e os órgãos governamentais adotam essa terminologia e caracteriza que a deficiência está na pessoa, mas não é a pessoa.

Segundo Decreto nº914, de 06/09/93, artigo 3º da Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência: considera pessoa portadora de deficiência aquela que apresentam em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerando normal para o ser humano.

“Hoje, a evolução desses conceitos resultou em investimento do potencial da pessoa e não na sua limitação. Não se fala mais no deficiente, mas na pessoa que porta uma necessidade especial” (CANZIONE, 1999 apud SPOSATI et al., ano, p. 131).

A Constituição Federal de 1988 incorporou o novo termo por se tratar de uma expressão que ressalta o conceito de pessoa. Essa nova nomenclatura diminui a desvantagem e o preconceito gerados por uma abordagem que reduzia a pessoa à sua deficiência.

Essa terminologia adotada é de grande importância porque o “deficiente” não é mais um nome e sim, um complemento que vem depois de algo. A evolução do conceito e a nova postura contribuíram para evitar a fragmentação de uma definição que considerava a deficiência como oposto de deficiência. O oposto de eficiência é ineficiência. A palavra “deficiente” tem um significado muito forte, porque ser deficiente é não ser capaz, não ser eficaz, não ser eficiente.

Portanto, o sentido atribuído ao tema deficiência, atualmente, é de falta de uma parte e não como a falta do todo.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), existem 500 milhões de pessoas portadoras de deficiência no mundo. Dessas, 80% vivem em paises em desenvolvimento. Do total de 400 milhões de pessoas portadoras de deficiência existentes nos paises em desenvolvimento, aproximadamente 320 milhões são crianças.

No Brasil, segundo o Censo realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 24,5 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência.

Com a finalidade de acelerar os conceitos e imagens relacionadas ás pessoas portadoras de deficiência, a Organização Mundial de Saúde – OMS, editou em 1980 a classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens – CIDID que conceituou os termos *imparment, desability e handicap.*

No Brasil a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE traduziu esta classificação para os seguintes termos:

a) Deficiência

> Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho da atividade, dentro do padrão considerado normal do ser humano. (BRASIL. CORDE, 2000, apud MARIA, 2001, p. 20.)

A deficiência é um fato biológico. É uma alteração em um órgão ou estrutura do corpo humano, pode ser a falta de um membro do corpo, um padrão intelectual reduzido, perda de audição ou de visão, perda na capacidade motora, etc.

As pessoas portadoras de deficiência podem ser pessoas com deficiência física (afetadas na sua mobilidade e coordenação motora), com deficiência mental (prejudicadas no seu desenvolvimento cognitivo, emocional, intelectual), com deficiência sensorial (surdas e cegas). Podem ser também pessoas com deficiência múltipla (associação de mais de uma deficiência).

No Brasil, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1.999, considera pessoa portadora de deficiência a que se enquadra em uma das seguintes categorias:

1.1 Deficiência Visual

Refere-se a uma perda total ou parcial da visão. Ela pose ser dividida em 2 categorias:

- **Visual total:** a pessoa não enxerga nada.
- **Visual parcial:** a pessoa percebe se há luminosidade ou não.

As principais causas de deficiência visual são as doenças como, glaucoma congênito, catarata congênita, atrofia ótica. A diabete, queimaduras também são fontes de cegueira.

1.1.2 Deficiência auditiva

Refere-se a uma perda total ou parcial da audição e pode ser dividida em 4 categorias: surdez leve (15 a 30 decibéis), moderada (31 a 50 decibéis), severa (51 a 80 decibéis) e profunda (81 a 100 decibéis), (acima disso é chamada de anacusia ou perda total da audição).

As principais causas da surdez são:

- **Meningite:** causa surdez na pessoa que a contrai e independentemente da idade, se não for tratada a tempo ou se for do tipo agudo;
- **Rubéola em gestantes:** as crianças geradas de mães que contraem rubéola durante a gravidez têm quase 100% de risco de nasceram surdas, principalmente se ocorrer até no quarto mês de gestação. Para que isto seja evitado, é preciso vacinar-se;
- **Acidentes:** as crianças muitas vezes introduzem objetos no ouvido e acabam, ficando surdas.
- **Poluição sonora:** o barulho das cidades e o volume de aparelhos elétricos como a televisão, o aparelho de som, vídeo game, tem sido considerados grandes inimigos do ouvido e podem levar as crianças menores, a distúrbios da audição.

1.1.3 Deficiência mental

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do individuo a responder adequadamente as demandas da sociedade.

Refere-se às pessoas com padrão intelectual reduzido, consideravelmente abaixo da média normal.

A maior parte das causas é determinada durante a gestação. Nesse período, o fumo, droga, álcool e alguns medicamentos podem levar a formação de uma criança com deficiência mental.

Há também as causas viciais que são a desnutrição e a fome, que podem causar uma serie de deficiências mentais, ou seja, quando não debilitam de forma total causam desenvolvimento retardado de uma série de potencialidades das pessoas.

1.1.4 Deficiência física

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidades congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

1.1.5 Deficiência múltipla

É a associação no mesmo individuo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva e física), com comprometimentos que acarretam conseqüências do seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa.

Uma das possibilidades de ocorrência de deficiência múltipla é a **surdocegueira,** na qual a pessoa tem uma perda substancial de visão e audição, de tal forma que a combinação das duas causa muita dificuldade no dia-a-dia,

demandando o emprego de metodologias próprias para a comunicação e aprendizagem.

No outro extremo da escala das habilidades intelectuais estão as pessoas que ao consideradas **superdotadas** ou com **altas habilidades,** que se caracterizam por um notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

- Alta capacidade intelectual geral;
- Aptidão acadêmica especifica;
- Pensamento criativo ou produtivo;
- Capacidade de liderança;
- Talentos especiais para artes;
- Capacidade psicomotoras.

Além destes tipos de deficiência anteriormente citados há um outro grupo de comportamentos e atitudes que se diferencia do padrão considerado normal que recebe o nome de **condutas típicas.** Estas podem ser definidas como manifestações de comportamentos típicas de portadores de síndromes psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.

Vale a pena mencionar, ainda que brevemente, o **autismo**, que é uma síndrome definida por alterações presentes, em geral, por volta do terceiro ano de vida e que se caracteriza pela presença de desvios nas relações interpessoais, linguagem/ comunicação, jogos e comportamentos.

b) Incapacidade

A incapacidade está ligada às possíveis seqüelas que restringiram a execução de uma atividade: deficiências mentais, visuais, auditivas e físicas. Nesse sentido, a reabilitação se constitui no processo para reduzir a incapacidade gerada pela deficiência.

Incapacidade indica uma desvantagem individual, resultante da desvantagem ou da deficiência, que limita ou impede o cumprimento ou desempenho de um papel social, dependendo da idade, sexo e fatores sociais e culturais.

A incapacidade, estabelecendo a conexão entra a deficiência e a desvantagem, representa um desvio da norma relativamente ao comportamento ou atividades habitualmente esperadas do individuo. A incapacidade não é um desvio do órgão ou do mecanismo, mas sim um “desvio” em termos de atuação global do individuo e pode ser temporária ou permanente, reversível ou irreversível, progressiva ou regressiva.

c) Desvantagem

A desvantagem representa um impedimento sofrido por um dado individuo resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que lhe limita ou lhe impede o desempenho de uma atividade normal para ele, levando em conta a idade, o sexo ou fatores sócio-culturais.

A desvantagem se refere a um limite externo que impede a pessoa de agir. Diz respeito aos obstáculos encontrados pelas portadoras de deficiência em sua integração com a sociedade: pessoas portadoras de deficiência em sua integração com a sociedade: pessoas que portam alguma deficiência não conseguem emprego, crianças com alguma deficiência não conseguem freqüentar uma escola por não ter acesso à educação, pessoas com deficiência física não podem freqüentar determinados locais, pois se locomovem em cadeiras de rodas e encontram obstáculos para a sua livre circulação.

1.1.6 Deficiência: verdades e mitos

Verdades

- Deficiência não é doença.
- Algumas crianças portadoras de deficiência podem necessitar de escolas especiais.
- As adaptações são recursos necessários para facilitar a integração dos educando com necessidades especiais nas escolas.

- Síndromes de origem genética não são contagiosas.
- Deficiente mental não é louco.

Mitos

- Todo surdo é mudo.
- Todo cego tem tendência à música.
- Deficiência é sempre fruto de herança familiar.
- Existem remédios milagrosos que curam as deficiências.
- As pessoas com necessidades especiais são eternas crianças.
- Todo deficiente mental é dependente.

As relações sociais levam a sociedade o costume de "classificar" as pessoas de acordo com seus valores, diferença, classe social, enfim, tudo isso devido à cultura de sociedade que fomos adquirindo com o tempo, devido à forma de olharmos os indivíduos, como se comportam diante dos padrões de sociedade atual, como andam, come, falam, se vestem e a diversidade física ou mental dos indivíduos.

Segundo Paula (2004, p. 163) refere-se que;

> Muitas vezes a segregação começa a partir da colocação de "rótulos" ou de "etiquetas" nas pessoas com deficiência, do tipo "não vai aprender a ler", "não pode fazer tal movimento" e outros. Essas "etiquetas" têm conseqüência sobre a forma como as pessoas são aceitas pela sociedade e não permitem que a própria pessoa se exprima e mostre do que é capaz. A ênfase recai sobre a Incapacidade, sobre a Deficiência e não sobre a Eficiência, a Capacidade e a Possibilidade.

Temos que quebrar a visão preconceituosa que temos diante da diferença dos seres humanos e passarmos a aceitar que somos todos iguais, apenas temos pontos diferentes. Então podemos passar a identificar o que nos une e constatar que a nossa essência é a mesma, somos seres humanos, cuja diversidade indica riqueza de situações e possibilidades de intercâmbios de vivência e de aprendizagem.

Mas essa visão que se tem diante à diversidade humana, do preconceito, segregação, não é um problema atual, mas sim histórico da sociedade humana, tanto no Brasil como no mundo.

1.2 Trajetória Histórica da Deficiência

1.2.1 No mundo

Desde que o mundo é mundo sempre houve pessoas com deficiência, mas nem sempre essas pessoas foram consideradas da mesma maneira.

No passado, a sociedade frequentemente colocou obstáculos à integração das pessoas deficientes. Receios, medos, superstições, frustrações, exclusões, separações estão, lamentavelmente, presentes desde os tempos da antiga Grécia, em Esparta, onde essas pessoas eram jogadas do alto das montanhas, ou em Atenas, onde elas eram abandonadas nas florestas.

Na Idade Média, eram freqüentes os apedrejamentos ou a morte nas fogueiras da Inquisição das pessoas com deficiência, pois eram consideradas como possuídas pelo demônio.

No século XIX e princípios do século XX a esterilização foi usada como método para evitar a reprodução desses “seres imperfeitos”. O nazismo promoveu a aniquilação pura e simples das pessoas com deficiência, porque não correspondiam à “pureza” da raça ariana.

Paralelamente a essas atitudes extremas de aniquilamento, outras atitudes eram adotadas, como o isolamento dessas pessoas em grandes asilos (como na Inglaterra), além de comportamentos marcados por rejeição, vergonha e medo.

Foi apenas a partir da Revolução Francesa e das suas bandeiras de liberdade, igualdade e fraternidade que essas pessoas passaram a ser objeto de assistência e entregues aos cuidados de organizações caritativas e religiosas.

Após a 2ª Guerra Mundial, os direitos humanos começaram a ser valorizado; surgem os conceitos de igualdade de oportunidades, direito à diferença, justiça social e solidariedade nas novas concepções jurídico-políticas, filosóficas e sociais de organizações como a (ONU) – Organização das Nações Unidas, a (OMS) – Organização Mundial da Saúde, a (OIT) – Organização Internacional do Trabalho e outras. As pessoas com deficiência passaram a serem consideradas como possuidoras dos mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos e, entre eles, o direito à participação na vida social e à sua conseqüente integração escolar e profissional.

1.2.2 No Brasil

Como em outros países, a questão da deficiência mostra uma longa história de discriminação e exclusão. A deficiência foi atribuída á um castigo divino, as pessoas portadoras de deficiência (como se denominava antigamente), eram abandonadas ou encarceradas sem qualquer reconhecimento de sua dignidade humana.

A partir do século XIX houve um olhar de compaixão e caridade para com esse grupo, passou-se então a criar serviços de atendimentos improvisados, geralmente de ordem religiosa, para cuidar dessas pessoas, que eram rejeitadas e abandonadas pelos seus familiares. Após o término das duas guerras mundiais, a sociedade teve um conceito diferente, menos preconceituoso e de caridade para com essas pessoas em questão, portanto passaram a dar maior atenção a elas, promovendo uma visão patológica e mecanicista da deficiência, levando ao chamado “modelo médico da deficiência”, que visava à pessoa no papel passivo de paciente, tendo nesse sentido essas duas expressões como paternalista e médica. A sociedade deu uma maior importância à reabilitação dessas pessoas, ficando assim, essas, por conta do humanitário e do assistencialismo de entidades da sociedade civil. No inicio apenas limitaram-se a alimentar, abrigar e medicar essas pessoas, principalmente crianças, com o tempo passou - se a oferecer escolarização aos mesmos. Com o passar dos tempos e de acordo com as possibilidades as organizações foram se especializando (em centros de reabilitação, escolas especiais, oficinas etc.), mas apesar de todos os esforços de algumas pessoas da sociedade, esse segmento em questão, continuava a serem isolados do resto da sociedade.

Os últimos trinta anos levaram a expressão de grupos sociais reivindicando uma identidade própria e o direito de ter direitos numa sociedade plural. Assim se levantaram as vozes das pessoas com “deficiência”. Após 1981, ano internacional da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, muitas articulações e entidades de pessoas portadoras de “deficiência” assim começaram a surgir, a exemplo da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF), A Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC), e os Centros de Vida Independentes (CVI).

Segundo UNESCO (1977) apud Paula (2004, p. 165-166), pode-se dividir a história das PPNE em cinco fases, de acordo com o modo como os mesmos foram tratados e considerados:

A. **Fase filantrópica –** em que as pessoas com deficiência são consideradas doentes e portadoras de incapacidades permanentes inerentes à sua natureza. Portanto, precisavam ficar isoladas para tratamento e cuidados de saúde.
B. **Fase da "assistência pública" –** em que o mesmo estatuto de "doentes" e "inválidos" implica a institucionalização da ajuda e da assistência social.
C. **Fase dos direitos fundamentais –** iguais para todas as pessoas quaisquer que sejam as sua limitações ou incapacidades. É na época dos diretos e liberdades individuais e universais de que ninguém pode ser privado, como é o caso do direito à educação.
D. **Fase da igualdade de oportunidades –** época em que o desenvolvimento econômico e cultural acarreta a massificação da escola e, ao mesmo tempo, faz surgir o grande contingente de crianças e jovens que, não tendo um rendimento escolar adequado aos objetivos da instituição escolar, passam a engrossar o grupo das crianças e jovens deficientes mentais ou com dificuldades de aprendizagem.
E. **Fase do direito à integração –** se na fase anterior se "provia" o aumento das "deficiências", uma vez que a ignorância das diferenças, o não respeito pelas diferenças individuais mascarado como defesa dos direitos de "igualdade" agravava essas diferenças, agora é conceito de "normal" ou de "normalidade" que passa a ser posto em questão.

Segundo a Unesco, essas fases só aparentemente se sucedem, de forma cronológica. Na verdade o que acontece é que essas diferentes atitudes e concepções em face das pessoas com necessidades especiais se sobrepõem mesmo nos nossos dias.

È fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas portadoras de necessidades especiais possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos, objetivos e de seus direito.

1.3 A Construção dos Direitos Humanos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

A Declaração dos Direitos Humanos faz saber que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos da razão e de consciência, devem agir sempre com espírito de fraternidade, sem distinção alguma, de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Todos os seres humanos são iguais perante a lei.

Os direitos humanos traduzem ao homem uma busca de reconhecer certas liberdades fundamentais, digo, princípios fundamentais á todos os indivíduos, com qualidade de vida, solidariedade, integração, enfim, que os levem a ter uma vida digna e ter na sociedade o seu papel de cidadão cujo de direitos e deveres, e que possam conquistar e garantir a cidadania.

A cidadania é o "direito de ter direito" Segundo Lafer (1999) apud Feijó (2003, p. 61), o cidadão não é dependente de sua condição social e econômica ou de seu sexo para atingir esta condição, a mesma é alcançada pelo simples fato da existência como ser humano, portanto basta tal condição para o homem ter no mínimo seus direitos fundamentais e essenciais garantidos.

A menção aos direitos humanos e cidadania exige um breve retrospecto de sua evolução histórica, apresentando-se em momentos marcantes: na Antiguidade Clássica, na Idade Media, no Século das Luzes (Renascimento do liberalismo) e no século XX (o estado social).

1.3.1 Antiguidade clássica

Considerava-se cidadão aquele que morava na cidade, era participativo em seus negócios e tinha acesso aos cargos públicos, estava dentre esses uma minoria das pessoas, devido às discriminações que havia aos estrangeiros, escravos e mulheres.

Apesar dos avanços, a realidade que se tinha era muito diferente da formal, pois o sistema produtivo ainda era o trabalho escravo, o que dificultava, um pouco, o conceito formal de cidadania.

1.2.3 Idade média

Segundo Magalhães (2000) apud Feijó (2003 p. 55).

> A concepção mediévica do Direito Natural tomou como base o Estoicismo e a Jurídica Romana, vinculando-se á vontade de Deus, com a Igreja assumindo como instituições legítimas a propriedade privada, o matrimonio, o direito, o governo e a escravidão.

A Igreja pregava uma forma de sociedade, na qual se tinha um Direito Natural Absoluto (originário da doutrina estóica do Direito Natural absoluto e relativo), onde todos os homens eram considerados iguais e possuidores das mesmas coisas em comum, o governo do homem sobre o homem não existia e nem a dominação do sistema escravista, onde os escravos eram submissos aos homens brancos. Assim a Igreja conseguia manter os ideais cristãos longe da realidade que era imposta, mantendo seus seguidores longe de qualquer movimento de revolta, apesar de ainda se ter, utopicamente, uma igualdade entre os homens e uma satisfação da necessidade material e de posse comum dos bens. Cidadão, popularmente falando no conceito daquela época, eram somente homens possuidores de riquezas e de pleno poder, era uma camada restrita na sociedade, a maioria era uma massa popular carente e desprovida de riqueza e poder.

Foi nesse período que surgiu a Magna Carta, inicio da limitação do poder estatal, mas mesmo com o surgimento da mesma, os beneficiados da época eram somente os barões ingleses (aristocracia).

1.3.3 Século das luzes e o nascimento do liberalismo

Surge na França, dentro de uma perspectiva filosófica do Iluminismo, cujo seu propagador foi Descarte, dono de um racionalismo, onde problemas relativos á natureza, ao homem e a sociedade deveria ser explicado pela razão e não pela vontade divina (Direito Natural). A Reforma Protestante fez com que a igreja dividisse e perdesse sua força política, acaba, portanto mudando o ponto de partida de uma doutrina da moral e do direito, da visão de sociedade para uma visão do indivíduo. A concepção individualista da sociedade ocasionada pelo

Jusnaturalismo significou que, o individuo seria visto em primeiro lugar, para depois o Estado, uma vez que o Estado é feito pelo indivíduo. Em relação aos indivíduos, primeiro vêm os direitos, para depois os deveres, ao contrário do Estado.

Pouco a pouco os direitos políticos vão se disseminando juntamente como os direitos sociais, a ponto de se buscar uma construção de cidadania, tendo como base a igualdade de direitos, a liberdade política ou individual contrariando a arbitrariedade com os indivíduos. Decorrente dessas situações e conquistas vem o triunfo do Liberalismo em detrimento da Democracia. Isto porque, Segundo Silveira (2000) apud, Feijó (2003 p.57),

> A democracia somente pode ocorrer se todas as classes sociais tiverem as mesmas oportunidades no processo econômico, de forma a se gerarem as mesmas possibilidades de escolha na vida pessoal e profissional. E essa não era a prerrogativa por que lutava a burguesia no séc. XVIII. Nem mesmo procurava esta, à democracia política, com o sufrágio universal e secreto, conquista que veio a se obter lentamente, tendo sido primeiramente instituído o voto censitário.

1.3.4 Século XX - O Estado Social

Nessa época os direitos humanos passam a ser concebidos como uma forma de se contrapor ao Estado, detentor de um poder opressivo, evoluindo assim no âmbito dos direitos sociais e econômicos.

A Revolução Industrial trouxe consigo um desajustamento de classes e uma miséria crescente, revolta e manifestações começam a surgir como protesto diante da situação em que a sociedade se encontrava, indignada e insatisfeita contra o sistema de produção utilizado, o sistema capitalista, Marx em sua obra “O capital”, traz uma resistência ao sistema imposto, plantando uma idéia do socialismo.

A partir desse marco surgem as primeiras Constituições de cunho social, a Constituição Mexicana de 1917, Santa Cruz, a de Weimar de 1919, Alemanha, as mesmas deixam clara a preocupação com a disposição sociais e econômicas. Passa-se a crescer as críticas marxistas, as pressões das classes operárias, enfim, entra em crise o capitalismo (liberalismo), como resposta a vários fatores da crise, Franklin Roosevelt lançou o New Deal, que se tornaria modelo geral aos

países capitalistas, por apresentar uma ampla política de intervenção do Estado na economia e na vida dos cidadãos (políticas de pleno emprego, obras de infra-estrutura, recuperação da indústria nacional através de empréstimos a fundo perdido, criação de novas agências de governo e de cargos públicos e créditos para a agricultura). Devido a esses fatores houve um fortalecimento na economia e no Estado, o mesmo passa a intervir economicamente e socialmente como Estado de Bem-Estar Social (Welfare State).

Os direitos humanos, até então, só exerciam influências dentro do Estado, somente depois da 2º Segunda Guerra Mundial passou-se a se preocupar nos direitos fundamentais aos cidadãos, até porque a indeficiência da Liga das Nações e as práticas afrontosas a esses direitos durante esse período, cria-se a Organizações das Nações Unidas (ONU), e surge a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1948.

A universalização dos direitos fez surgir uma série de outros documentos buscando efetivar outros direitos ao homem. A Convenção Americana dos Direitos Humanos, em São José da Costa Rica em 1960, é um direito abrangente que surgiu para beneficiar o homem, A Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos de 1975, é um direito especifico também efetivado para dar benefícios àqueles portadores de deficiência, para que os mesmos tenham as mesmas oportunidades na sociedade como qualquer cidadão portador de direitos e deveres, a partir daí foi surgindo e se efetivando outros direitos tanto abrangentes como específicos ao homem.

A multiplicação dos direitos humanos faz com que os homens sejam vistos na sua especificidade e concreticidade das mais diversas maneiras de ser em sociedade, criança, idoso, portador de deficiência, doente. A esses segmentos dá-se o nome de direitos específicos, no qual se busca a diferenciação de cada indivíduo.

Segundo Magalhães (2000) apud Feijó (2003 p. 59).

> [...] uma das formas de alcançar o ideal da universalização efetiva dos direitos humanos é através da divulgação e conscientização da população, pois nada possui a força de um povo instruído, questionador de seus direitos, ou seja, a força da cidadania.

A conquista da universalização dos direitos humanos é um desafio, que exige dos Poderes Públicos e democraticamente da sociedade a sua atuação para que os direitos humanos cada vez mais possam ser efetivados e venha beneficiar a todos, principalmente aqueles indivíduos que estão excluídos da sociedade atual devido ao sistema de produção imposta. Não se pode ficar imóvel diante de tantos problemas de injustiça social e outros, que torna os indivíduos "cegos" nesse final de século, é preciso lutar pelos direitos humanos e fazer a diferença.

1.4 Os Direitos Humanos

Os direitos humanos incluem direitos civis, políticos, econômicos sociais, culturais e de desenvolvimento.

1.4.1 Os direitos civis e políticos incluem os direitos

- A vida.
- Á liberdade de expressão.
- A um julgamento justo.
- Á proteção contra tortura e violência.

1.4.2 Os direitos econômicos, sociais e culturais incluem os direitos

- Ao trabalho em condições justas e favoráveis.
- À proteção social.
- A um adequado padrão de vida.
- Aos padrões mais altos possíveis de saúde física e mental.
- À educação.
- Ao usufruto dos benefícios da liberdade, cultura e do progresso cientifico.

1.5 Os Direitos de Desenvolvimento são os Direitos das Nações

- Ao desenvolvimento.
- À autonomia.
- À paz e segurança.

1.6 As Constituições e os Direitos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

Direito de ter direitos, direitos efetivados, sendo de uso por qualquer cidadão, independente da sua classe social e econômica, do seu sexo, sua idade, enfim. O direito é alcançado pelo simples fato da sua existência como ser humano, no mínimo os direitos fundamentais a vida.

Devido à universalização dos direitos e a multiplicação, no qual se deu à especificação do direito, se reconheceu à diferença entre os indivíduos, o que levou as pessoas portadoras de deficiência ser portadores de direitos assim como outros segmentos da sociedade, os mesmos passam a ter de imediato sua inserção nos textos legais e constitucionais. A garantia de que os mesmos estão inseridos legalmente como indivíduos de direitos passam, portanto a buscar o pleno exercício da cidadania.

Os direitos das pessoas portadoras de deficiência estão espalhados em muitas constituições, mas poucas são as cartas políticas que os tratam de forma especificas, destacamos a Constituição Portuguesa (1982), Espanhola (1978), Italiana e Chinesa (1982), sendo que nas mesmas a questão dos direitos das PPNE, que são vistas como cidadãos de direitos, onde o Estado e sociedade civil intervêm para que esses direitos possam ser garantidos contemplando proteção especificas à esses indivíduos considerados especiais.

A sociedade brasileira apesar de hierarquizada e seletiva, preocupada com a reconstrução do processo de integração social, tem a defesa dos direitos humanos e fundamentais e o exercício da cidadania como garantia no contexto do Estado Democrático de Direitos. O entendimento dos direitos humanos é aplicado à idéia de concretização da cidadania, deve ser exercitado nos atuais. Segundo Silveira (2000) apud Feijó (2003 p. 54).

> Importante é o estabelecimento de uma inter-relação deste conceito com o de Direitos Humanos. Não porque, originalmente, ambas as conceituações se identificassem, mas, com o passar dos tempos, sua aproximação fica cada vez mais evidente, a ponto de chegarem a ser inseparáveis, atualmente, acarretando a evolução de um a implantação do outro.

A proteção da PPNE é recente no texto constitucional e na sua proteção específica. A Constituição não se preocupava com o assunto e os direitos sociais

só se efetivaram após a 2º Guerra Mundial com prestações positivas do Estado. A Constituição de 1824 somente garantiu ao portador de deficiência o direito á igualdade, no inciso XIII, do artigo 179, o mesmo se deu na Constituição de 1891, parágrafo único e na Constituição de 1934, artigo 113, inciso I, nesta começa a se falar no direito à integração do portador de deficiência, sendo a primeira a consagrar a ordem social no Brasil, no seu artigo 138, segundo CONSTITUIÇÕES, 1986) apud Feijó (2003, p. 66).

> Incumbe á União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:
> a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurará coordenar;
> b) estimular a educação eugênica;
> e) proteger a juventude contra toda exploração, em como contra o abandono physico, moral e intelectual;
> f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a registrar a moralidade e a morbidade infantis; e de hygiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
> g) cuidar da hygiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.

A Constituição de 1946, também resulta do direito á igualdade da PPNE, em seu artigo parágrafo 1º, mas faz um breve referencial do direito previdenciário para o trabalhador inválido, artigo157, inciso XVI. O direito a igualdade continua fazendo parte das leis constitucionais, na de 1967, artigo 175, parágrafo 4º, foi a primeira a mencionar à proteção específica da PPNE, a mesma apresentou um grande avanço na proteção da PPNE, tendo como base uma série de medidas judiciais, exemplo: a ação das PPNE, que requereram contra a companhia do metrô em São Paulo para terem acesso às rampas de embarque (processo Nº. 35/87 da 2º Vara da Fazenda Estadual).

1.6.1 A Constituição Federal de 1988

Surge a Constituição de 1988 que vem garantir e efetivar ainda mais os direitos das PPNE, trás inseridas em suas leis medidas especiais usadas pelas PPNE, que vem diferenciá-los dos outros cidadãos, contudo esses direitos são os mesmos dos outros cidadãos apenas o meio utilizado para fruí-los é que se torna diferente. A mesma tem como base os princípios fundamentais da cidadania e da dignidade da pessoa humana inserida em suas leis, expressa o anseio dos cidadãos para uma vida melhor e uma sociedade inclusiva.

Os direitos são efetivados para que os indivíduos possam usufruí-lo, portanto tem que ter eficácia. Segundo Hesse (1991) apud Feijó (2003 p. 68).

> A Constituição converter-se-á em força ativa fizerem-se presentes na consciência geral, particularmente, na consciência dos principais responsáveis pela ordem constitucional, não só a vontade de poder, mas também a vontade de Constituição. Caso isso não ocorra, a Constituição, nas palavras de Lassale (1998) apud Feijó (2003, p. 68), "não passa de uma folha de papel".

Portanto o direito da PPNE é garantido na Constituição Federal, mas é necessário que se tenha efetivação jurídica, para que esses direitos não se tornem esperança, aspiração, ideais, impulso, ou até mera retórica política, e sim direitos protegidos sob forma de normas de direitos constitucionais.

Na Constituição Federal de 1988, é garantido á PPNE: O Direito à Liberdade, à Integração, à Saúde, enfim, mas nesse trabalho estaremos dando ênfase ao Direito à Educação, também considerada um marco nos direitos específicos aos PNE. Muito se fala no ensino especializado, mas a Constituição Federal em seu artigo 208, inciso III trata do assunto, ressalvando que a educação da PPNE deve ser feita preferencialmente em rede regular de ensino.

O governo brasileiro busca garantir os direitos dos PPNE através da Constituição Federal. Mas Em 1996, surgiu o Programa Nacional de Direitos Humanos, com o objetivo de garantir leis e normas para que os PPNE possa ter uma vida de direitos e acesso a todas as políticas sociais com igualdade e integração, tendo seu papel de cidadão na sociedade como qualquer outro ser humano que não tenha nenhuma deficiência, pois todos são iguais perante as leis. Então não somente a Constituição Federal busca garantir esses direitos, mas com o mesmo objetivo surgem leis e normas específicas para que se reforcem cada vez mais os direitos dos PPNE, tendo direitos e deveres e acesso a tudo e a todos.

1.6.2 A Legislação Federal Especifica ao Portador de Necessidades Especiais

Criou-se com o objetivo especificamente garantir os direitos das PPNE, portanto destacamos três legislações elaboradas com a mesma finalidade, o que diferencia uma da outra é que a cada uma busca-se efetivar cada vez mais esses direitos: a Lei nº. 7405/ 85, Lei nº. 7853/98 e o Decreto nº. 3298/99. A primeira visa à integração das PPNE, segundo a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), fica também estabelecido que a mesma desenvolva ações no sentido de defender os valores básicos de igualdade e de justiça social, valorizando e assegurando o exercício dos direitos conquistados pelas PPNE. A segunda visa à obrigação do "Símbolo Internacional de Acesso" **(ver Anexo A)** nos locais e serviços que tenham a permanência das PPNE e de outras providências. O Decreto visa à regulamentação sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que consolida as normas de proteção das mesmas. Segundo Feijó (2002) apud art.1º Decreto nº3298 (1999) "Esta política compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência".

As PPNE passam a serem incluídas na sociedade podendo ter acesso a tudo como cidadãos de direitos sendo efetivadas as leis que garantem esses acessos, sendo direito dos mesmos estarem inserido na sociedade e nas políticas públicas.

Não somente a Constituição Federal, mas outras Leis e Normas garantem aos PPNE os direitos à Igualdade, Saúde, Assistência, Vida Familiar, ao Trabalho, Transporte, Lazer, Cultura, Esporte e à Educação.

Nosso trabalho é enfatizado na educação da (PPNE), portanto iremos dar mais ênfase ao Direito à Educação e a Educação Inclusiva da (PPNE), que são regulamentados também, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no 2º capítulo do presente trabalho.

2 A POLITICA DA EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS REDES REGULARES DE ENSINO PÚBLICO.

Antes de darmos ênfase à inclusão social das pessoas portadoras de necessidades especiais, precisa-se ter primeiramente um conceito de exclusão. Podemos citar que exclusão são todos os grupos de pessoas que não participam, em nossa sociedade atual, do consumo de bens materiais e serviços, ou seja, aqueles que estão fora do processo produtivo, do acesso à bens culturais, saúde, educação, lazer e outros todos componentes da cidadania. O termo exclusão social é, portanto, mais do que um modismo, ou um simples sinônimo de algo já existente, seu entendimento é mais amplo, pois abrange a idéia de direitos perdidos, não acessíveis. A exclusão vem substituir o termo antes usado, segregação, marginalização, discriminação entre outros.

As PPNE eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideras inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, que serviam para dar alimento, abrigo, medicamento e algumas atividades para ocupar o tempo ocioso.

Com o passar dos anos as instituições foram se especializando para atender pessoas por tipos de deficiência. A idéia era de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas deficientes nos serviços existentes na comunidade.

Observamos que a sociedade possui uma visão de homem padronizado e classifica as pessoas de acordo com essa visão. Um padrão de normalidade que esquece de que a sociedade se compõe de homens diversos, que ela se constitui na diversidade, assumindo de um outro modo às diferenças.

Os grupos sociais humanos definem padrões normais ou estigmatizados. Assim, uma pessoa é considerada normal quando atende aos padrões que previamente são estabelecidos.

Tendo em vista o avanço da globalização e do neoliberalismo, ONGS, ONU, Governo e outros, têm se preocupado muito com esse segmento da sociedade, sendo excluídos por puro preconceito e discriminação. Portanto vem sendo apresentado processos e atitudes positivas no sentido de inserir no contexto social mais amplo todos aqueles grupos e populações excluídas de alguma forma da sociedade.

Para uma melhor análise desse processo, vêm sendo criados programas, propostas curriculares, serviços, políticas sociais e outros indicadores sociais, é importante dominar conceitos da linha inclusivista, até porque tal conceito procura evoluir na direção de uma sociedade inclusiva.

2.1 Conceitos Pré-Inclusivistas

Segundo Sassaki (1999), ao trabalhar os principais conceitos pré-inclusivistas enuncia um modelo médico da deficiência, em que os diferentes são declarados doentes, são considerados dependentes do cuidado de outras pessoas, sendo incapazes de trabalhar, isentos de deveres morais, levando vidas inúteis. Este modelo tenta melhorar as PPNE para adequá-las aos padrões da sociedade.

Integração: surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas as PPNE por vários séculos, onde a mesma foi caracterizada por ajustar a PPNE na sociedade, tinha-se a idéia que devidamente integradas na sociedade, as mesmas poderiam fazer parte dela em todos os setores, onde a integração apenas bastasse para que elas se sentissem preparadas e aceita pela sociedade.

Segundo Sassaki (2000) foi a partir do final da década de 60, que o movimento pela integração social começou a inserir as PPNE nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer. Essa nova perspectiva teve como molas propulsoras, princípios e processos, que examinaremos a seguir:

Normalização: diz a respeito a um encaminhamento seletivo do aluno com necessidades especiais na sala do ensino regular, que tinha como pressuposto

básico a idéia de que toda PPNE, tem o direito de experimentar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal a sua própria cultura, estilos ou padrões de vida, mas isto foi confundido com a noção de “tornar normais as pessoas deficientes”.

Na década de 70, a normalização passou a significar o processo de normalizar serviços e ambientes e “condições de vida” – naturais ou feitas pelo homem, ou ainda “oferecer, as PPNE, modos e condições de vida diária o mais semelhantes possível às formas de condições de vida do resto da sociedade”. Em outras palavras, isto significa criar, para pessoas atendidas em instituições ou segregadas de algum outro modo, ambientes os mais parecidos possíveis com aqueles vivenciados pela população em geral.

Mainstreaming: termo que na maioria das vezes tem sido utilizado sem tradução, significa levar os alunos o mais possível para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade. Mainstreaming, também se refere a integração temporal, instrucional e social da PPNE com crianças ditas “normais”’, de forma progressiva e baseada em estudos e avaliações individuais. O mesmo requer aceitação e responsabilidade administrativa do sistema regular de ensino.

Atualmente a prática de integração social dá-se de três formas, segundo Sassaki (1999):

A. Pela inserção das pessoas com deficiência que conseguem utilizar os espaços físicos e sociais, os programas e serviços, sem nenhuma modificação da sociedade (escola comum, empresa, clube etc.);
B. Pela inserção das pessoas portadoras de deficiência que necessitam de alguma adaptação específica no espaço físico comum, no procedimento da atividade comum, afim de só então, estudar, trabalhar, ter lazer, conviver com pessoas não deficientes;
C. Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Exemplo: escola especial junto à comunidade.

Tanto o principio da normalização como o processo de mainstreaming foram importantes elementos na aquisição de conhecimentos e experiências de integração para o surgimento do paradigma da inclusão.

No modelo integrativo, a sociedade aceita receber as PPNE desde que sejam capazes de:

- Moldar-se aos requisitos dos serviços especiais separados (classe especial, escola especial);
- Acompanhar os procedimentos tradicionais (trabalho, escolarização, convivência social etc);
- Contornar obstáculos existentes no meio físico (espaço urbano, edifício);
- Lidar com atitudes discriminatórias da sociedade resultantes de esteriótipos, preconceitos e estigmas: rotulagem verbal, discriminação, incapacidade e segregação;
- Desempenhar papéis sociais individuais com autonomia, mas não necessariamente com independência.

2.2 Conceitos Inclusivistas

Autonomia é a condição de domínio do ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade de quem a exercer. Daqui sai os conceitos de autonomia física e autonomia social. Por exemplo: rampas nas calçadas, cadeira de rodas. O grau de autonomia resulta da relação entre o nível de prontidão físico-social do portador de deficiência e a realidade de um ambiente físico-social.

Independência é a capacidade "de decidir sem depender de outras pessoas, tais como: membros da família ou profissionais especializados". Uma pessoa com deficiência pode ser mais independente ou menos independente, em decorrência da quantidade e da qualidade de informações a que tiver acesso, ma também de sua autodeterminação e/ou prontidão para tomar decisões em uma determinada situação.

Empowerment: significa o processo pelo qual uma pessoa ou um grupo de pessoas usa o seu poder pessoal, inerente à sua condição, para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida. Neste

sentido, independência e empowerment são conceitos interdependentes. Não se outorga este poder às pessoas; o poder pessoal está em cada ser humano desde o seu nascimento.

Equiparação de oportunidades: a Disabled People International (DPI), uma organização criada por pessoas portadoras de deficiência, não-governamental e sem fins lucrativos, aprovou a sua declaração de princípios em 1981. Nesse documento, a DIP define como:

> O processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos. Isto inclui a remoção das barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcançar uma qualidade de vida igual à de outras pessoas. (DIEDGER e ENNS apud SASSAKI, 1999, p. 39).

Na seqüência desses movimentos e conquistas é elaborado o conceito de inclusão social, processo que funciona em mão dupla: a sociedade e os segmentos até então excluídos, buscam equacionar soluções e alternativas para garantir a equiparação de oportunidades e de direitos.

2.3 Inclusão Social

De acordo com Sassaki (1999, p. 41) a inclusão social pode ser conceituada como:

> O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A inclusão das PPNE na sociedade muda à forma dos indivíduos olhá-los percebendo que os mesmos têm direitos e deveres como qualquer outro cidadão. Partindo desse princípio a sociedade deve ser capaz de propiciar o atendimento às necessidades de seus membros independentes de serem ou não portadores de necessidades especiais, irão passar por um processo de aceitação individual, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem através da cooperação, tudo em seu tempo e convívio com esse segmento. Portanto é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas ou grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais.

A partir de então as PPNE passam também, a terem acesso, a serem aceitas e inclusas em qualquer ambiente da sociedade, sendo o mesmo improvisado e adequado para recebê-los diante da sua diferença.

Passa a surgir programas de inclusão social para as PPNE, tendo garantia e efetivação de que só dentro de uma sociedade inclusiva, que respeita o indivíduo, dando-lhe o direito de ser diferente, é que se podem ter condições de exercer a cidadania.

Segundo Sassaki (1999, p. 42), “quanto mais sistemas comuns da sociedade adotar a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos”.

2.3.1 inclusão social enquanto valor

A idéia da inclusão se baseado na diversidade, na vida em sociedade, o que significa o acesso de todos a todas as oportunidades, independente de deficiência, gênero, idade, cor e grupo social. Para que a igualdade seja real, porém, ela há de ser relativa, dar tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais, o que significa que, as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e tratar com desigualdade não se refere à instituição de privilégios, e sim, a disponibilidade das condições determinadas pelas características individuais na garantia da equidade.

O principal valor que permeia, portanto, a idéia da inclusão é o configurado principio da igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa, para que não se transforme em desigualdade social.

2.3.2 inclusão social enquanto paradigma

A pesquisa comprova visivelmente as mudanças nos paradigmas que caracteriza as relações das diversas sociedades com o PPNE.

O primeiro paradigma, da *Institucionalização*, fundamentava-se, de modo geral, que a PPNE, estaria mais bem cuidada se mantida em ambiente segregado, à parte da sociedade. Assim, sua prática caracterizou-se pela criação das Instituições Totais, local onde essas PPNE passavam, toda a sua vida.

A partir da crítica, desenvolveu-se o segundo paradigma, denominado de *serviços*, que assumiu concepções e idéias diferentes da anteriormente adotado. Passou-se a considerar que tem o direito a convivência social, mas para exercê-lo, tem primeiro que ser ajudada a se modificar, a se ajustar do modo mais semelhante possível aos da sociedade. Assim, começaram a proliferar instituições, entidades e organizações, avaliar e oferecer, programas de intervenção que visam apontar a pessoa diferente para o processo de integração social.

Na década de 80, em muitos países, começou a proliferar a argumentação de que é conhecidos e reconhecidos a importância do tratamento, da capacitação, do ensino com objetivos educacionais, terapêuticos, de habilitação e reabilitação de PPNE.

O terceiro paradigma, denominado *Paradigma de Suportes*. Fundamentado tecnico-cientificamente no dados em desenvolvimento pessoal e social provenientes da convivência na diversidade, e no principio da equidade, assinala a inclusão, entendida aqui como processo de garantia do acesso imediato e continuo da PPNE ao espaço comum da vida em sociedade. Independentemente do tipo e do grau de deficiência. Tal compreensão garante o referido acesso e vai exigir providências bi-direcionais: além das ações de intervenção direta junto as PPNE. Faz se necessário desenvolver ações junto à sociedade, que deve se ajustar para a convivência na diversidade.

A inclusão é o fenômeno mais recente no debate de idéias no país, no que se referem às relações entre a sociedade e PPNE. Processo mais amplo e complexo do que o proposto pela integração, já que bi-direcional, exige mudanças não somente na PPNE, mas principalmente no contexto social, de forma a poder atender as mesmas. É no espaço da contextualização dessas idéias que reside a grande diferença de significado entre termos inclusão e integração. Quando se fala em integração, estamos falando do direito de igualdade, na realidade está se atribuindo quase que exclusivamente a PPNE da responsabilidade por sua segregação. Por conseqüência, fala-se, ainda, da necessidade de se alterar, ajustar, mudar a PPNE, para que ela possa, então, conviver com os demais de forma integrada, o que por si só, caracteriza a desigualdade real.

2.3.3 Inclusão social enquanto movimento

A inclusão social conforme apresentada caracterizou no decorre do tempo lutas sociais exploradas pelas memórias de seus representantes, na busca de adquirir de seus direitos ao acesso imediato, contínuo e estável ao espaço comum da vida em sociedade.

Configurou no Brasil, por modificação nas políticas públicas, sobretudo na política educacional. Contrata-se, nessa área, uma transformação profunda na prática da atenção profissional a criança especial, através de um gradativo distanciamento da institucionalização total, e uma aproximação maior do ensino em escolas especiais e posteriormente, em classes especiais, a tendência é buscar alternativas menos segregatórias. Por outro lado, a produção de conhecimento sobre a reabilitação de PPNE tem permitido o acesso, tímido, mas gradativamente maior, desse segmento populacional, ao mundo do trabalho.

2.4 Da Integração à Inclusão

Enquanto processos sociais, a integração e a inclusão são ambos muito importantes. O que todos desejamos é alcançar a meta de uma sociedade inclusiva. Entretanto, o processo de integração social terá uma parte decisiva a cumprir, cobrindo situações nas quais ainda haja resistência contra a adoção de medidas inclusivistas. De fato, nem todas as pessoas deficientes necessitam que

a sociedade seja modificada, pois algumas PPNE não poderão participar plena e igualmente da sociedade se esta não se tornar inclusiva.

Atualmente estamos vivendo uma etapa de transição entre a integração e a inclusão. Conseqüentemente, é compreensível que, por mais algum tempo, até que, gradativamente, a integração esmaeça e a inclusão prevaleça.

2.5 Educação Inclusiva

De acordo com o Centro Nacional de Reestruturação e Inclusão Nacional, (1994) apud Sassaki (1999, p.122),

> [...] Educação Inclusiva significa provisão de oportunidades eqüitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas das vizinhanças, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade.

Nos dias atuais, temos uma dificuldade muito grande quando tratamos do assunto “Educação Inclusiva”. Há uma falta de informação sobre o que deve ser feito ou não quando se têm em sala de aula alunos portadores de necessidades especiais. É necessário o reconhecimento de que diversos professores, mesmo sem informações sobre como se comportar ou tratar esses alunos realizam verdadeiros milagres pedagógicos para desenvolver o seu ofício e ter sucesso no processo que lhes foi confiado de transferir conhecimento a esse aluno.

A lei que regulamenta a Educação não é suficiente para amparar o professor em sua jornada pedagógica. Ela exige rampas de acesso, elevadores, banheiros especiais, corrimão duplo, entre outros detalhes, mas não contempla o professor em como ele deve ser treinado, capacitado e informado sobre as variáveis que o aluno portador de necessidades especiais, necessita, do ponto de vista pedagógico, para poder compreender com clareza o conteúdo que lhe é oferecido.

Vemos surgir diversas posições: a mais radical, que defende que todos os alunos devem ser educados apenas na escola regular (Escola para Todos), até a idéia de que a diversidade de características, verificada no grupo de alunos PPNE, implicam a existência e manutenção de um contínuo de serviços e uma

diversidade de opções, onde as mesmas podem ir da inclusão na classe regular até a colocação em instituições especializadas, passando pelas salas de apoio e classes especiais na escola regular.

A Escola Inclusiva não se trata simplesmente de transferir os alunos da escola especial para a escola regular, mas sim de remodelar e modificar a escola regular para que esta possa atender os alunos PPNE.

Além das mudanças arquitetônicas que são necessárias nos edifícios escolares para acolher os alunos portadores de necessidades especiais, também à necessidade de desenvolver um conjunto de métodos e estratégias educativas (em nível curricular), é fundamental para o sucesso da inclusão desses alunos na escola.

Para que haja um processo de inclusão na escola é necessário desenvolver estratégias adequadas e devidamente planejadas, como a pesquisa desenvolvida por McNamara e Moreton (1993), apud Paula (2004) p. 178, evidencia os seguintes aspectos que devem ser levados em conta:

- a planificação e o desenvolvimento de arranjos no ambiente físico e no ambiente social;
- a escolha dos materiais e equipamentos da sala de aula;
- a disposição e a adequação do espaço disponível para os alunos (“densidade social” e “densidade espacial”);
- a revisão do papel do professor como iniciador das interações sociais ou como mero gestor dessas interações;
- a maior ou menor estruturação das atividades propostas na sala de aula.

Segundo o documento publicado pela Comissão Européia (1996) apud Paula (2004, p. 178):

> Deve reconhecer-se que a integração dos alunos com necessidades educativas especiais implica muito mais do que colocar simplesmente o aluno numa escola regular. Trata-se de um processo em que o aluno tem oportunidades para se desenvolver e progredir em termos educativos para uma autonomia econômica e social. A integração é igualmente um processo em que as próprias escolas necessitam mudar e se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos que têm necessidades educativas especiais.

Na Educação, a inclusão das pessoas com deficiência, segundo Sassaki (1999), passou por várias fases:

2.5.1 Fase de exclusão

Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi provida às pessoas com deficiência, que também não recebiam outros serviços. A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, então consideradas "possuídas por maus espíritos ou vitimas da sina diabólica e feitiçaria" (JÖNSSON, 1994, p. 61)

2.5.2 Fase da segregação institucional

Excluídas da sociedade e da família, pessoas deficientes eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida. Segundo Jönsson (1994, p. 61) apud Sassaki (1999, p. 112), foi neste contexto que emergiu, em muitos países em desenvolvimento, a 'educação especial' para crianças deficientes, administrada por instituições voluntárias, em sua maioria religiosas, com consentimento governamental, mas sem nenhum outro tipo de envolvimento por parte do governo. Algumas dessas crianças passaram a vida inteira dentro das instituições.

Surgiram também escolas especiais, assim como centros de reabilitação e oficinas protegidas de trabalho, pois a sociedade começou a admitir que pessoas deficientes poderiam ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento profissional.

2.5.3 Fase de integração

Esta fase viu surgirem as classes especiais dentro de escolas comuns, o que aconteceu não por motivos humanitários e sim para garantir que as crianças deficientes não "interferissem no ensino" ou não "absorvessem as energias do professor" a tal ponto que o impedissem de "instruir adequadamente o número de

alunos geralmente matriculados numa classe" (CHAMBERS E HARTMAN, apud SASSAKI, 1999 p. 112).

Nesta fase, os testes de inteligência desempenharam um papel relevante, no sentido de identificar e selecionar apenas as crianças com potencial acadêmico. "Este elitismo, que ainda é defendido com freqüência, serve para justificar a instituição educacional na rejeição de mais de um terço ou até a metade do número de crianças a ela encaminhadas. Tal desperdício não seria tolerado em nenhum outro campo de atividade".(UNESCO, apud SASSAKI, 1999, p.113)

Inspirada no lema do Ano Internacional das Pessoas Deficientes ("Participação Plena e Igualdade"), tão disseminadas em 1981, uma pequena parte da sociedade em muitos países começou a tomar algum conhecimento da necessidade de mudar o enfoque de seus esforços. Para que as pessoas com deficiência realmente pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas (Jönsson, 1994, apud Sassaki, 1999 p. 113). Isto deu início ao surgimento do conceito de inclusão já no final da década de 80.

2.5.4 Fase de inclusão

Países desenvolvidos, como os EUA, o Canadá, assim como a Espanha e a Itália foram os pioneiros na implantação de classes inclusivas e de escolas inclusivas.

Segundo Mantoan (1997), a inclusão:

> [...] questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de *mainstreaming.* A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral."(p. 145)".

2.5.5 Educação inclusiva no Brasil

Em todos os momentos da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram mira de comportamentos e reações delicada e contraditórias de exclusão e integração, conforme os diferentes contextos da sociedade. Esses procedimentos foram modificando de acordo com as transformações sociais, as descobertas cientificas e tecnológicas e as mudanças culturais e econômicas ocorridas.

A atenção com as deficiências e as pessoas com deficiência no Brasil tem uma história rica de episódios e é pouco apreciada. A igreja teve papel proeminente nessa história, o passado fica sem direito a defesa. Uma das maiores dificuldades e desafios de quem deseja olhar para o passado e enxergar seu futuro é a de assumir nosso tempo como centro e referencia, valorizando épocas passadas e seus personagens, por meios das idéias, valores, sentimentos e padrões de conduta do meio social de hoje, rompendo a unidade da ligação temporal e histórico.

Embora a pouca documentação disponível, por volta de 1600, há registro de atendimento escolar para aluno portador de deficiência física em uma instituição especializada e particular, em São Paulo.

No Brasil, em 1835, o deputado Cornélio França apresentou um projeto, sugerindo a criação do cargo de professor de primeiras letras para o ensino de surdos-mudos. Num contexto legislativo difícil, seu projeto não prosperou. Em 1839, o desembargador Maximiliano Antônio de Lemos sabia da existência, na Europa, das primeiras escolas para a instrução de cegos. Indo a França, conheceu essas iniciativas e trabalhou para viabilizar, tanto com as autoridades francesas como com os brasileiros residentes em Paris, a formação de uma criança cega, brasileira, no Instituto dos Cegos.

Em 1842 regressou ao Brasil, e após varias gestões, em 1844, partiu para Paris um menino cego, José Álvares de Azevedo, com pouco mais de nove anos de idade, em seis anos de estada no Instituto dos Cegos de Paris conseguir excelente educação e retornou em 1850. Logo se encarregou de ensinar a ler e escrever em pontos salientes Adèle Maria Luisa Sigaud, que acabara de perder completamente a visão, ela era filha do médico doutor José Francisco Xavier Sigaud, um dos fundadores da Imperial Academia de Medicina.

Azevedo foi convidado à exibição de seus conhecimentos ao imperador D. Pedro II, o monarca antevendo imediatamente a extensão dos benefícios que podiam receber os cegos. Imediatamente esquematizou a fundação, na corte, de uma instituição para educação dos meninos cegos. Em 12 de setembro de 1854, o imperador D. Pedro II, com o Decreto Imperial nº 428, fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, nome esse que mudou para Instituto Nacional dos Cegos, hoje denominado Instituto Benjamin Constant, com 152 anos de existência.

A Reforma Francisco Campos/Mário Casassanta, instituída pelo Decreto-Lei nº7870-A, de 15 de Outubro de 1927 (Ensino Primário), tratou do tema da inclusão escolar das pessoas com deficiência e prescrevia a obrigatoriedade de freqüência à escola para crianças de 7 a 14 anos, podendo ser ampliada até 16 anos para os que não concluíssem o primário aos 14 anos. Após a década de 1930, surgem novas instituições, de caráter filantrópico, especializadas em educação para pessoas com deficiência, tais como o Lar das Moças Cegas (SP) e a Sociedade Pestalozzi (MG), que foram pioneiras na educação especial.

Até a metade do século XX, destinados ao atendimento escolar especial à pessoa com deficiência mental, possuía quarenta estabelecimentos públicos de ensino regular. Havia também catorze estabelecimentos de ensino regular, que atendiam alunos com outras deficiências. Também havia três instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência mental e oito na educação de outras pessoas com deficiência. Além das instituições de caráter religioso, ajudado por subvenções do Estado e donativos da comunidade.

Após a Segunda Guerra Mundial, apareceu no Brasil uma forte epidemia de poliomielite, afetando indistintamente todas as classes sociais. Isso levou ao aparecimento dos primeiros centros de reabilitação. A sociedade civil se organizou para formar instituições geridas fora do aparelho estatal, tais como, em 1952, a então Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), em São Paulo. Em 1954, no Rio de Janeiro, é criada a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR). Em meados da década de 1950, foi fundada, no RIO DE Janeiro, então Capital Federal, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Atualmente, existem mais de dois mil APAEs espalhadas 21 pelo Brasil. Elas acolhem cerca de 280 mil pessoas com algum tipo de deficiência intelectual.

No século XX, deficiências e pessoas com deficiência foram objeto de muitos estudos científicos, no campo da Psicologia, da Medicina, da Pedagogia, da Terapia Ocupacional, da Fonoaudiologia, da Fisioterapia, da Psicopedagogia etc. Obtiveram novidades e alternativas terapêuticas de toda ordem.

Nesse esforço surgiu o chamado “modelo médico da deficiência”, muito ligado à temática da reabilitação. Esse modelo tende a considerar a deficiência como um “problema” da pessoa, a ser resolvido com tratamento individual prestado por profissionais, com vistas a se conseguir a cura ou a adaptação da pessoa ao ambiente. Segundo essa tendência, cabe, principalmente à pessoa a tarefa de tornar-se apta a participar da sociedade, onde a mesma deveria processar ajustes para interagir com as PPNE.

A partir da segunda metade do século XX, deu-se inicio ao paradigma da inclusão social marcada pelas conquistas dos direitos humanos e uma progressiva busca pelo reconhecimento de direitos específicos (leis, decretos e estatuto).

2.6 A Conquista dos Direitos das PPNE na Educação

A inclusão das pessoas portadoras de necessidade especial no ensino regular público é um assunto de grande relevância no Brasil, dado o aumento de matriculas desse segmento da sociedade nas escolas em sala comum. Isso se deu após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Segundo a Constituição (1988) apud Feijó (2002, p. 79),

> Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Educação é direito de todos, contudo o simples acesso à educação não garante, mas aumenta as chances da PPNE de obter uma profissão e emprego, sendo de máxima importância para o seu desenvolvimento social, por esta se integrar com outras pessoas portadoras e não portadoras de necessidades

especiais, adquirindo o seu direito de inclusão na sociedade, esse convívio social propicia maiores chances de surgir cidadãos adultos menos preconceituosos.

A partir de então as PPNE passam também, a terem acesso, serem aceitas e inclusas nas escolas públicas nas salas comuns, sendo que a mesma deve estar própria e adequada para recebê-los diante da sua diferença, pois no sistema educacional da inclusão cabe à escola se adaptar às necessidades dos alunos PPNE, e não aos alunos se adaptarem ao modelo da escola.

A Educação é uma das formas de inclusão social para as PPNE, tendo garantia e efetivação de que só dentro de uma sociedade inclusiva, que respeita o individuo, dando-lhe o direito de ser diferente, é que se podem ter condições de exercer a cidadania.

Ao determinar na Constituição Federal que e educação das PPNE fossem ministrada nas redes regulares de ensino público, tomou-se muito cuidado para proteger os mesmos contra eventual discriminação, mas buscando incluí-las socialmente. O direito desse segmento está também implícito na Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovado pela ONU em 1990, que assegura como um dos seus objetivos é universalizar o acesso à educação, promover à equidade e a igualdade de acesso à educação aos portadores de todas e quaisquer necessidades especiais.

Na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994, ficou estabelecido A Declaração de Salamanca, que assegura em seu I Capitulo que:

> [...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Deveriam incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, éticas, ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves.

Outros pontos considerados importantes, que servem de reflexão e mudanças da realidade atual, são pontuados na Declaração de Salamanca.

-toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

-toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;

-sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

-aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada, capaz de satisfazer tais necessidades;

-escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos;

-além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em ultima instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Em 1996 houve a Assembléia Geral da ONU que aprovou o documento de Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência que diz:

A. Que as autoridades da educação comum são responsáveis pela educação de pessoas portadoras de necessidades especiais em ambientes inclusivos. Elas devem garantir que a educação de PPNE seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento de currículo e da organização escolar.
B. A educação em escolas comum pressupõe a provisão de interprete e outros serviços de apoio adequados. Serviços adequados de acessibilidade e de apoio, projetados para atender ás necessidades das PPNE, que devem ser prestados.

Em 20 de dezembro de 1996 foi sancionada A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, baseada no direito á educação para todos.

A LDB veio para contribuir com a efetivação da educação inclusiva, ou seja, a inclusão dos PPNE nas escolas públicas em salas comuns, sendo a

educação um direito universal e igualitário independente das diferenças entre os indivíduos.

A LDB não é uma inovação, ela foi reformulada para auxiliar nos progressos de alguns rumos da educação inclusiva, mas não poderá garantir que todos mudarão seus caminhos, mesmo que ela veio para afirmar que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família.

Na escola inclusiva professor e aluno deverão ter um bom relacionamento, independente da diversidade na sala de aula, para assim cumprir um dos objetivos propostos na LDB. Contudo o professor necessita estar preparado, atualizado, sendo visto como importante dentro do processo ensino-aprendizagem e essa lei estabelece que os mesmos sejam capacitados, tendo curso de formação, para que isso reflita em melhorias sócio-econômicas e na educação inclusiva, assim os professores devem ser vistos como profissionais responsáveis pela transformação da realidade, por conta disso deve ser sua dignidade estabelecida.

A mesma estabelece ainda que não deva ocorrer nenhum tratamento desigual com base na deficiência, definindo a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das PPNE, de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Segundo Paula (2004, p. 289) diz que:

> A LDB é flexível no contesto educacional, mas deve ser estudada minuciosamente, pois essa flexibilidade pode ser interpretada de diferentes maneiras e utilizada para benefício próprio. Enfim, o aluno pode deixar de ser importante, os docentes fazerem o que melhor lhes convir, e a aprendizagem não ser prioridade na escola. Diante de tais fatos, não é a lei que vale mais ou menos, o problema é que pode ser interpretada dubiamente, e como é uma lei flexibilizadora, não há uma rigidez nem mesmo na sua composição. Por isso o seu cumprimento fica falho, como toda lei brasileira, pois sempre existem “brechas”, dispositivos que podem ser utilizados para desmontar ou descaracterizar a lei.

Portanto a LDB só terá suas propostas efetivadas legalmente, quando houver consciência de todos, pois uma cidadania qualitativa aproveitaria a flexibilidade pedagógica desta lei, exatamente para favorecer o aluno e a sociedade, de acordo com a educação inclusiva.

No Decreto Nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no capítulo I, que se refere, das disposições gerais:

> **Art. 1º** A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.
>
> **Art. 2º** Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A Política Nacional vem assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das PPNE, inclusive o Direito de Acesso á Educação, que dispõe no cap.VII, seção II, art. 24 ao art. 29:

> **Art. 24.** Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:
>
> I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;
> II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;
> III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;
> IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;
> V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano; e
> VI - o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.
>
> § 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de

deficiência.
§ 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.
§ 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano.
§ 4º A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas.
§ 5º Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - A.B.N.T relativas à acessibilidade.

Art. 25. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Art. 26. As instituições hospitalares e congêneres deverão assegurar atendimento pedagógico ao educando portador de deficiência internado nessas unidades por prazo igual ou superior a um ano, com o propósito de sua inclusão ou manutenção no processo educacional.

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.
§ 2º O Ministério da Educação, no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa portadora de deficiência.

Art. 28. O aluno portador de deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

§ 1º A educação profissional para a pessoa portadora de deficiência será oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.
§ 2º As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico à pessoa portadora de deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.
§ 3º Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de deficiência, em nível formal e

> sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados a determinada profissão ou ocupação.
> § 4º Os diplomas e certificados de cursos de educação profissional expedidos por instituição credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente terão validade em todo o território nacional.
>
> **Art. 29.** As escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, tais como:
>
> I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;
> II - capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e
> III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

Neste contexto, a educação desse segmento pode ser vista como uma forma de integração dos alunos portadores e não portadores de necessidades especiais, e uma visão diferenciada do sistema educacional, sendo que a escola esteja preparada para incluir em seu espaço físico e de ensino, a diversidades dos indivíduos.

A Inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais não é tão simples como aparenta ser, necessita-se de um processo onde o aluno PNE, tenha oportunidades de se desenvolver e progredir em termos educativos e a escola necessita mudar e se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos alunos portadores de necessidades especiais.

2.7 O Cenário Escolar no Âmbito da Educação Inclusiva das PPNE

Para uma Escola Inclusiva se faz necessária à implementação de uma pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno PNE em diferentes contextos, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos. Essa abordagem requer uma prática pedagógica dinâmica, com um currículo que contemple o aluno em desenvolvimento, aspectos de ação mediadora nas inter-relações entre os alunos,

professores e familiares, atendendo as suas especificidades na convivência escolar.

Contudo a educação inclusiva vem sendo construída por meio de ação compartilhada entre profissionais, pais, instituições educacionais e comunidade traçando dessa forma, novos rumos para o ensino regular.

A escola encontra-se, portanto perante um desafio: conseguir que todos os alunos tenham acesso à educação, por meio da inclusão, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais, que podem configurar as necessidades dos alunos, principalmente os PNE. A escola deve estar adequada a modificações da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas aos alunos PNE.

A Declaração de Salamanca acredita e proclama que todo indivíduo tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, sendo que todos esses possuem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. No entanto os sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta à vasta diversidade de tais características e necessidades. Os alunos PNE devem ter acesso à escola regular que deveria acomodá-los adequadamente e que seja capaz de satisfazer tais necessidades. As escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. A escola deve acomodar todos os alunos independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras.

Alunos PNE experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais durante a sua escolarização, neste caso a escola deve buscar formas de educá-los bem-sucedidamente, independente de sua deficiência.

Quando as escolas estão preparadas para um processo de inclusão principalmente para receber alunos PNE se tornam à base de treino para uma sociedade baseada no povo, que respeita tanto as diferenças quanto a dignidade de todos os seres humanos, pois antes a sociedade visava apenas a incapacidade e não a potencialidade desse segmento.

As escolas inclusivas provêem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade de participação total, o sucesso delas requer um esforço claro não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. Nesse âmbito todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente de qualquer dificuldade ou diferença que eles possam ter, pois se deve reconhecer e responder às necessidades diversas de todos os alunos, inclusive dos PNE, esses deveriam somente freqüentar uma sala especial e ou instituição especial quando constatado claramente que ele é incapaz de ser educado em uma sala comum.

Deve ser assegurados a todos os alunos uma educação de qualidade, com um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parcerias com as comunidades. Os alunos PNE devem receber qualquer suporte extra-requerido para assegurar uma educação efetiva, uma educação inclusiva é o modo mais eficaz para a construção da solidariedade.

O desenvolvimento de escolas inclusivas requer a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada, informação pública eficaz para combater o preconceito e criar atitudes positivas, orientação e treinamento profissional e serviços de apoio necessários. Para uma escola inclusiva bem sucedida é preciso mudanças na escolarização: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra curriculares.

O processo de inclusão faz parte de uma reforma mais ampla da educação, necessária para o aprimoramento da qualidade, relevância e para a promoção de níveis de rendimento escolar para todos os estudantes.

A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990) enfatiza que "[...] a adoção de sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de mais largamente levar em consideração as diferentes necessidades das crianças, irá contribuir tanto para o sucesso educacional, quanto para a inclusão".

2.7.1 Flexibilidade curricular

O currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos PNE e não vice-versa. As escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas aos alunos com habilidades e interesses diferentes. Os PNE deveriam receber apoio instrucional no contexto do currículo regular e não de um currículo diferente, é necessário providenciar a mesma educação a todos os alunos e prover assistência adicional e apoio aos que requeiram. O conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e as necessidades dos indivíduos com objetivos de torná-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento no sentido de melhor motivá-los.

De acordo com Paula (2004 p. 203).

> Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede continua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo.

As adaptações feitas no currículo escolar para atender todos os alunos independentes das suas necessidades especiais são mais do que garantir suas matrículas em uma unidade escolar implica no saber e nas oportunidades oferecidas à totalidade de cada aluno, deve-se assegurar aos alunos PNE currículos e métodos adequados as suas necessidades. Os princípios básicos para se ensinar a todos sem exceções e exclusões é reconhecer, valorizar as diferenças e evidenciar as habilidades, garantido assim a equidade e possibilitando a todos os alunos que esses desenvolvam suas potencialidades.

O caminho mais adequado para se alcançar mudanças necessárias à inclusão escolar é criar novas estruturas organizacionais, administrativas e pedagógicas, sem que isso implique na eliminação das estruturas existentes. Portanto, não se trata de elaborar um novo currículo, mas de tornar o currículo já existente dinâmico, flexível e ampliado para realmente atender a todos os alunos.

2.7.2 A capacitação dos professores

A capacitação dos professores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas. Os conhecimentos e habilidades adquiridas pelos professores dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização da tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, a todos os professores deveria ser dada à preparação e conhecimento técnico na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender os alunos PNE, bem como colaborar e cooperar com os pais.

As habilidades requeridas para responder as necessidades especiais deveriam ser levadas em consideração durante a avaliação dos estudos e da graduação de professores. A capacitação dos professores deve ser elaborada de acordo com as condições sob as quais eles trabalham, sempre que possível deveria ser desenvolvido ao nível da escola e por meio de interação com treinadores e apoiados por técnicas de educação a distancia e outras técnicas autodidáticas. As qualificações profissionais deveriam ser integradas com treinamento e experiência como uma forma regular de educação de professores para que a complementaridade e a mobilidade sejam asseguradas.

Deveriam ser prioritários, materiais escritos preparados e seminários organizados para os professores, no sentido de desenvolver suas capacidades de prover liderança nesta área de educação inclusiva dos alunos PNE. Todos os professores deveriam ter o mínimo de conhecimento de todas as deficiências, para trabalhar e assumir um papel chave neste processo, mas deveria ser desenvolvida como núcleo comum à especialização em uma ou mais áreas especificas de deficiência.

As universidades se tornam muito importantes no que diz respeito à educação inclusiva das PPNE, pois as mesmas têm um papel essencial na avaliação, preparação de formadores de professores e desenvolvimento de programas e materiais de treinamento. O envolvimento ativo de PPNE nos cursos, treinamentos e capacitação dos professores se tornam importante para que se assegure que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração.

Neste âmbito necessita-se de uma nova postura dos professores, buscar novas formas de ensinar e estudar as necessidades especiais, para que assim respeitem o nível intelectual de cada aluno PNE, possibilitando novas formas de cooperação entre eles. A educação inclusiva é o motivo que implica no aprimoramento da formação dos professores para realizar propostas de ensino inclusivo e, também, um pretexto para que a escola se modernize, atendendo as exigências de uma sociedade, que não admite preconceitos, discriminação, barreiras entre seres, povos e culturas. Assim, poderemos vislumbrar um futuro diferente para alunos portadores e não portadores de necessidades especiais, na escola.

2.7.3 A administração da escola

Os administradores da escola, diretores e coordenadores pedagógicos, tem um significativo papel na questão da inclusão dos alunos PNE na escola. Pois estão na linha de frente da direção da escola, são eles que tem autonomia para mudar e transformar o ambiente escolar desde a disciplina, o entretenimento e convivência de todos na escola (alunos, funcionários e outros).

A administração de uma escola bem sucedida depende do envolvimento ativo e reativo de professores e do desenvolvimento de cooperação efetiva e trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos alunos. Neste caso depende dos administradores e diretores desenvolver um procedimento mais flexível, aplicar recursos instrucionais, diversificar métodos de aprendizagem, apoiar os alunos que apresentam dificuldades e desenvolver relações com pais e comunidade, aos mesmos cabe a responsabilidade de promover atitudes positivas no processo educacional através da comunidade escolar, professores e pessoal de apoio.

A escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada aluno, a direção da escola, os professores e grupos de apoio deveria dividir a responsabilidade pela educação de alunos PNE, mas tendo os mesmos uma capacitação adequada para desenvolver este processo. A participação ativa de pais e voluntários seria de grande importância no desenvolvimento deste trabalho e aos professores cabe no entanto o papel fundamental de administradores no processo educacional, fazendo uso de

recursos disponíveis para desenvolver um plano de ensino que esteja favorável a todos os alunos independente de sua diversidade.

2.7.4 A contribuição do Estado para o processo de educação inclusiva

Os arranjos políticos deveriam encorajar e facilitar o desenvolvimento de Escolas Inclusivas, e remover barreiras que impeçam o fluxo de movimento desse processo e uma estrutura administrativa comum deveriam ser organizada. A inclusão deveria ser cuidadosamente monitorada através de estatísticas capazes de revelar o numero de alunos PNE, matriculados nas escolas regulares, para que o Estado possa destinar recursos adequados para trabalhar com esse seguimento.

As autoridades nacionais têm a responsabilidade de assegurar que tais recursos financeiros correspondam com as prioridades que objetivem atingir a educação para todos, deveriam considerar cuidadosamente as políticas públicas com respeito à educação no planejamento e implementação de programas que se referem à Educação Inclusiva.

Mecanismos participatórios e descentralizados devem ser estabelecidos para um planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para PPNE. Investir maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva. Garantir que no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores tanto em serviços como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro da Escola Inclusiva.

O Estado tem seu papel fundamental no envolvimento da busca pelas melhorias do acesso a educação, para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas. Deve reconhecer-se como evidencia para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes do governo, no qual demanda que os mesmos assegurem que a educação das PPNE seja parte inclusiva do sistema educacional.

3 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

3.1 O Processo de Inclusão dos Alunos PNE nas Redes de Ensino Público

De acordo com Sassaki (1999, p. 41) a inclusão social pode ser conceituada como:

> O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no quais as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade busca, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A Inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais não é tão simples como aparenta ser, necessita-se de um processo onde o aluno PNE, tenha oportunidades de se desenvolver e progredir em termos educativos e a escola necessitam mudar e se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos alunos portadores de necessidades especiais.

"A escola teve que buscar junto com a Secretaria Municipal de Educação, as adaptações e adequações de espaço físico e materiais específicos para esses alunos PNE na escola, para esse processo de inclusão...". (Diretora)

A Escola Inclusiva não se trata simplesmente de transferir os alunos da escola especial para a escola regular, mas sim de remodelar e modificar a escola regular para que esta possa atender os alunos PNE.

Dentre as mudanças ocorridas podemos identificar a preocupação com o perfil profissional adequado para trabalhar com o PNE.

"A família procura a escola, e esta por sua vez atende prontamente estes alunos. Geralmente o orientador procura o professor com o perfil adequado para estar trabalhando com cada aluno, o perfil da sala mais calma, para estar incluindo este aluno PNE". (Professora A)

Para que haja um processo de inclusão na escola é necessário desenvolver estratégias adequadas e devidamente planejadas (...).

"Hoje há uma iniciação dessa inclusão, pois é necessária uma maior capacitação teórica e pratica para se caminhar corretamente" (Professora B).

A partir do processo de inclusão desenvolvido pelas escolas, as PPNE passam também, a terem acesso, a serem aceitas e inclusas em qualquer ambiente da sociedade.

O processo de inclusão exige esclarecimentos, informações entre os sujeitos envolvidos.

> "Eu fiz uma reunião de pais sobre essa inclusão, que está ocorrendo na escola, eu expliquei aos pais o objetivo da inclusão e como seria o novo aluno que eu teria em sala de aula" (Professora C)

As PPNE eram excluídas da sociedade para qualquer atividade, porque antigamente elas eram consideras inválidas, sem utilidade e incapazes de trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. Hoje a família, assim também como a sociedade tem uma concepção decorrente do passado, no entanto destaca que hoje elas estão muito bem aceitas, inclusive nas políticas públicas.

> "Ótimo, porque antigamente a criança PNE era vista como se ela fosse inválida, ela era privada de sair, de brincar, de conversar, como se esta tivesse uma doença contagiosa, e agora ela pode fazer tudo, com dificuldades ainda, mais pode fazer de tudo".(Família 1)

> "Eu acredito que está indo muito bem, pois antigamente eles se sentiam uns rejeitados e hoje eles não se sentem assim". (Família 2)

Muitas vezes os estigmas que a sociedade tem em relação a PPNE, provoca na família um sentimento continuo de proteção, insegurança, culminando até um processo de segregação.

> "Eu me sentia insegura em deixar ele ir para escola, por mim não tinha colocado ele até hoje, com medo da discriminação" (Família 3)

Ao determinar na Constituição Federal que e a educação das PPNE fosse ministrada nas redes regulares de ensino público, tomou-se muito cuidado para proteger aos mesmos contra eventual discriminação, mas buscando incluí-las socialmente. O direito desse segmento está também implícito na Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovado pela ONU em 1990, que assegura como um dos seus objetivos é universalizar o acesso á educação, promover à equidade e a igualdade de acesso à educação aos portadores de todas e quaisquer necessidades especiais.

3.2 Dificuldades no Processo de Inclusão

Nos dias atuais, temos uma dificuldade muito grande quando tratamos do assunto “Educação Inclusiva”. Há uma falta de informação sobre o que deve ser feito ou não quando se têm em sala de aula alunos portadores de necessidades especiais. No entanto é necessário que os professores tenham uma melhor capacitação, para que os mesmos possam atender a esses alunos, desenvolvendo com facilidade o processo que lhes foi confiado.

> “Os recursos avançaram, mas continuam muito limitados e tem que haver capacitação antes, para facilitar o trabalho na escola”. (Diretora)

Faz-se necessária para uma Escola Inclusiva, a implementação de uma pedagogia voltada para a diversidade e as necessidades específicas do aluno PNE em seus diferentes contextos, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiá-los e também aos professores, para que esses se sintam seguros e capazes de atender a essa demanda.

> “As dificuldades são várias, como a falta de capacitação e preparação do professor. Como vou lidar? O que posso fazer? Está dando certo? Temos muita insegurança em relação a isso”. (Professora A).

Para um melhor desenvolvimento do processo de inclusão deveria ser de grande primazia, o atendimento com materiais pedagógicos adequados e voltados para a Educação Inclusiva, no sentido de desenvolver nos professores a capacidade de prover liderança nesta área com alunos PNE.

> “O professor tem que estar tendo sempre atenção redobrada com a sala, há dificuldades materiais, pois tem que estar em busca de materiais diferenciados para estar atendendo as dificuldades apresentadas”. (Professora B).

Todos os professores deveriam ter o mínimo de conhecimento de todas as deficiências, para trabalhar e assumir um papel chave neste processo, mas deveria ser desenvolvida como núcleo comum à especialização em uma ou mais áreas especificas de deficiência.

Pois, há uma grande dificuldade de se trabalhar com essa demanda dentro da sala de aula.

> "Dificuldades! Todas as possíveis, pois nunca havia trabalhado com crianças portadoras de necessidades especiais antes". (Professora C).

Os conhecimentos e habilidades adquiridas pelos professores dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização da tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, a todos os professores deveria ser dada à preparação e conhecimento técnico na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender os alunos PNE, bem como colaborar e cooperar com os pais.

Neste sentido os pais pesquisados expressam o que está ocorrendo no processo de inclusão.

> "Graças a Deus todas as professoras têm adaptado condições para minha filha, e eu não tenho o que reclamar, pois nenhuma deixou a desejar, mas eu percebo que essas professoras têm dificuldades em lidar com ela". (Família 1)

> "Está lento, mesmo o problema sendo dele, eles têm um carinho muito especial por ele, mas eu acho que os professores não estão bem preparados para trabalhar com estas crianças". (Família 2).

> "Quando ele chega em casa reclamando de alguma coisa da escola, nós escrevemos um bilhete para a professora e ela sempre responde de volta e ainda por cima sempre nos agradece, porque, ela tem dificuldade em entender o que ele quer dizer". (Família 3)

A escola encontra-se, portanto, perante um desafio: conseguir que todos os alunos tenham acesso à educação, por meio da inclusão, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais, que podem configurar as necessidades dos alunos, principalmente os PNE. A escola deve estar adequada a modificações da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas aos alunos PNE.

3.3 Mudanças Ocorridas no Processo de Inclusão

A lei que regulamenta a Educação exige um espaço físico adequado aos alunos PNE com rampas de acesso, elevadores, banheiro especial, corrimão duplo, entre outros detalhes, para sua melhor adaptação no ambiente escolar para atender melhor às suas necessidades.

> "Foram feitas algumas adaptações aqui na escola, tapamos canaletas, para facilitar a movimentação das cadeiras de rodas, fizemos rampas, adaptamos o banheiro e providenciamos cadeiras e carteiras especializadas para alguns alunos que necessitavam, devido sua deficiência". (Diretora)

É necessário desenvolver um conjunto de métodos e estratégias educativas em nível curricular, sendo fundamental um profissional especializado na área da educação especial, para que junto com o professor da sala de aula comum possam elaborar um plano de ensino, para que este esteja de acordo com o sucesso da inclusão desses alunos na escola.

> "O plano de ensino, a parte que é feita junto com a professora itinerante, a parte que me refiro é para essas crianças PNE, ou seja, plano de ensino junto com o perfil de cada criança". (Professora A)

Percebe-se que mesmo com as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão, ainda assim esses alunos conseguem ter um nível de aprendizado positivo.

> "Há uma mudança sim, no aprendizado desses alunos". (Professora B)

O processo de inclusão está posto diante das redes de ensino e da sociedade, mais ainda vai levar algum tempo para que o mesmo se efetive, pois para esse processo requer a articulação de uma política clara e forte, junto com provisão financeira adequada, informação pública eficaz para combater o preconceito e criar atitudes positivas, orientação e treinamento profissional e serviços de apoio necessários, no entanto ainda se há a necessidade de um

suporte maior as escolas, para que as mesmas concretizem com sucesso o processo de inclusão.

> "Ainda está em processo, pois tudo é novo, e vai se levar anos para dizer que há inclusão". (Professor C)

Através do processo de inclusão, podemos perceber que a inserção dos alunos PNE na escola de ensino regular, faz com que os mesmos mudem seus hábitos, tornando-se mais comunicativos, convivendo com a diversidade humana, tendo novas oportunidades de aprendizados que os fazem se sentir capazes de fazer diversas atividades.

> "Hoje ela é interressada nas coisas, é mais comunicativa, brinca mais com os coleguinhas". (Família 1)

> "Ele está mais comunicativo depois que começou a conviver com outras crianças". (Família 2)

Os princípios básicos para se ensinar a todos sem exceções e exclusões é reconhecer, valorizar as diferenças e evidenciar as habilidades, garantindo assim a equidade e possibilitando á todos os alunos que esses desenvolvam suas potencialidades.

> "Ele melhorou muito a coordenação motora" (Família 3)

A Escola Inclusiva não se trata simplesmente de transferir os alunos da escola especial para a escola regular, mas sim de remodelar e modificar a escola regular para que esta possa atender os alunos PPNE.

3.4 Aceitação no Processo da Inclusão

Vimos que no sistema educacional da inclusão cabe á escola se adaptar as necessidades dos alunos PNE e não esses alunos se adaptarem ao modelo da escola, para que eles se sintam aceitos dentro da escola e que a mesma lhe proporcione um ambiente favorável a essa interação. Sendo assim, esses alunos irão passar por um processo de aceitação individual, valorização de cada pessoa e convivência com alunos portadores não portadores de necessidades especiais e juntos aprender a lidar com as diferenças humanas.

> "O aluno está interagindo bem com a escola". (Diretora)

> "Esta ocorrendo grande aceitação por parte das outras crianças na escola". (Professora A)

Podemos perceber que os cursos de capacitação oferecidos aos professores abordam vários temas no sentido de levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades encontradas pelos mesmos em seu processo pedagógico, facilitando assim o trabalho nas salas de aulas.

> "Nessas capacitações têm vários temas, o que estou aprendendo num desses é sobre a diversidade humana". (Professora B)

Há uma resistência muito grande da sociedade, quando se trata de incluir em seu meio PPNE, com medo do desconhecido apresentam atitudes discriminatórias e preconceituosas, mas conforme vão tendo informações, conhecimentos e convivência, faz com que se haja uma outra visão desse segmento.

"A professora disse que na hora todos ficaram apreensivos para conhecer o aluno PNE, e hoje ele é muito querido na escola toda". (Professora C)

A educação inclusiva desse segmento pode ser vista como uma forma de integração, tendo os mesmos a oportunidade de conviver com outras crianças, ajudando-os em suas relações sociais e sua auto-estima.

"O convívio com outras crianças, principalmente". (Família 1)

A Educação é uma das formas de inclusão social para as PPNE, tendo garantia e efetivação de que só dentro de uma sociedade inclusiva, que respeita o individuo, dando-lhe o direito de ser diferente, é que se podem ter condições de exercer a cidadania, para que cada vez mais os mesmos possam garantir os seus direitos, tendo assim seu espaço de cidadão na sociedade.

"Hoje eles estão muito bem aceitos, conquistaram um grande espaço na nossa sociedade". (Família 2)

O professor requer uma prática pedagógica dinâmica que contemple o desenvolvimento do aluno, mas também que nesse processo haja uma mediação entre alunos, professores e familiares, pois a inclusão desse na escola não é somente uma relação entre professor e aluno, mas que haja uma participação ativa de seus familiares contribuindo para o seu aprendizado.

"A professora tem auxiliado bastante ele, e nos agradece por sempre a gente contribuir com ela pra o ensino dele". (Família 3)

A Educação é de direito de todos, contudo o simples acesso à educação não garante, mas aumenta as chances da PPNE de obter uma profissão e emprego, sendo de máxima importância para o seu desenvolvimento social, por estar á se integrar com outras pessoas portadoras e não portadoras de necessidades especiais, adquirindo o seu direito de inclusão na sociedade, esse convívio social propicia maiores chances de surgir cidadãos adultos menos preconceituosos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe uma analise do processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais nas redes de ensino publico regular que em todos os momentos da historia da sociedade foram alvo de comportamentos de exclusão, que foram mudando de acordo com as transformações sociais, descobertas cientificas e as mudanças culturais ocorridas.

Para buscarmos esta compreensão analisamos a trajetória histórica da pessoa portadora de necessidades especiais, suas conquistas e seus direitos nesse processo histórico.

Verificamos que na antiguidade as pessoas portadoras de necessidades especiais, sempre foram tratadas de forma excludentes consideradas inválidas, deixadas em situações de abandono, punição e exposição ao relento até a morte. Na idade media, eram freqüentes os maus tratos com, as pessoas portadoras de necessidades especiais. Foi a partir da Revolução Francesa que as mesmas passaram a serem amparadas em casas de assistência, entregue aos cuidados de organizações caritativas e religiosas.

No Brasil assim como nos outros paises, a questão da deficiência mostra ao longo dos tempos a discriminação e exclusão. Que a partir do século XIX houve um olhar de compaixão para com o portador de necessidades especiais que eram rejeitados pela suas próprias famílias. Após o termino das duas guerras mundiais a sociedade começou a vê-los com um olhar menos preconceituoso. Depois ainda com o surgimento do “modelo médico da deficiência”, no qual estende o segmento em questão, que visava expressões paternalistas e médicas, a fim de reabilitar, tratar, curar e adequar a pessoa à sociedade.

A Constituição Federal de 1998 vem para garantir e buscar efetivar os direitos das PPNE: O Direito à Liberdade, à Integração, à Saúde e à Educação.

O conceito de integração veio para derrubar a prática da exclusão social, que segundo Sassaki (1999) foi a partir do final da década de 60, que o movimento pela integração social começou a inserir as PPNE nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer. Essa nova perspectiva teve como molas propulsoras, princípios e processos de conceitos pré-inclusivistas à Integração, Normalização e Mainstreaming.

Na década de 80 o conceito da inclusão social vem para modificar o cenário, trazendo consigo a necessidade de adaptar as PPNE, que dão base aos conceitos inclusivistas utilizados para atender as necessidades individuais que permitia maior Autonomia, Independência, Empowerment e Equiparação de oportunidades.

A partir do processo inclusão, as PPNE começaram a serem vistas pela sociedade de forma diferente, com menos preconceito, discriminação e como cidadãos de direitos, a terem as mesmas oportunidades de serem inclusas nas políticas sociais públicas. Os espaços físicos dos ambientes também foram se adequando para melhores condições das PPNE se sentirem realmente incluídas e aceitas por uma sociedade que antes os viam incapazes de se adaptar a uma vida normal.

O que constatamos em nosso trabalho, é que de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade junto às dificuldades, foram às conquistas dos direitos sociais e o acesso à educação.

De acordo com a pesquisa de campo realizada pelo grupo, podemos dizer que a inclusão dos PPNE nas salas de aula comum no ensino regular está ocorrendo, mas há ainda uma dificuldade por parte dos professores de se adaptarem com o ensino pedagógico por não terem uma capacitação adequada para trabalhar com essa demanda. No entanto alguns ainda se sentem inseguros e incapazes de lidar com a diversidade humana que a educação inclusiva propõe, mas mesmos diante dessas dificuldades podemos perceber que esses professores estão realizando verdadeiros milagres para fazer com que a inclusão desses alunos nas escolas de ensino regular venha a ter sucesso e fatores positivos.

Os alunos PNE, de acordo com suas famílias, estão tendo mudanças surpreendentes diante da inclusão, além de estarem mais comunicativos, estão tendo facilidades em conviver com outros alunos e pessoas no âmbito escolar que não são portadores de necessidades especiais, sendo um processo recíproco. Além de estarem desenvolvendo as suas potencialidades individuais, (coordenação motora, aprendizado, assiduidade, enfim).

Portanto a educação inclusiva é um fenômeno novo, mas que está aí para ser efetivado de acordo com as leis que á garante. No entanto deve estar ocorrendo e as escolas necessitam estar sendo adaptadas para receber esses

alunos, tanto no seu espaço físico quanto no seu material didático pedagógico. A cada dia a escola busca ajustar-se em um modelo de escola inclusiva, adequando-se de acordo com as necessidades e possibilidades dos alunos PPNE.

O Estado, porém têm um papel fundamental nesse processo, pois deve dar suporte financeiro, pedagógico e institucionais para aqueles que vão trabalhar com à inclusão dos alunos PNE nas escolas públicas de ensino regular nas salas de aula comum, digo, professores, diretores e outros funcionários, para que esses se sintam capazes de conduzir um projeto pedagógico de ensino e de aceitação no âmbito escolar, onde as escolas tenham estruturas adequadas para produzir respostas positivas a esse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília: Corde, 1994.

BALDO, M. da G. de A**. Análise da implantação de um processo de formação de professores para o uso das tecnologias de informação e comunicação (tic) visando a inclusão escolar**. 2005. 255 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2005.

BRASIL. **Decreto n.º 3.298, 20 de dezembro de 1999**. Consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Dispõe sobre a Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, no capítulo I, que se refere , das disposições gerais. Disponível em: <http://www..... >. Acesso em: 20 ago. 2006.

BRASIL: **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n 9.394, de 1996 Brasília: Subsecretaria de edições técnicas, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educativas especiais. Brasília: MEC, 2001.

CARDOSO, M. C. de. F. **Abordagem ecológica em educação especial**: fundamentos básicos para o currículo. Brasília: CORDE, 1997.

DECLARAÇÃO de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. tradução: Edilson Alkmim da Cunha. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

DEFICIENTE ON LINE: direitos à vista no Brasil da deficiência no Brasil: o Brasil de hoje é resultado do Brasil de ontem: Como todos os paises, a questão da deficiência denota uma longa história. Disponível em: «http://www.deficiente.com.br Acesso em: 11 maio. 2006.

FEIJÓ, A. R. A. **Direitos humanos e proteção jurídica da pessoa portadora de deficiência**: normas constitucionais de acesso e efetivação da cidadania à luz da Constituição Federal de 1988. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 2003.

MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial**: temas atuais. Marília: Unesp – Marília – Publicações, 2000.

MONTE, F.R. F.do; SANTOS, I. B. dos (Coord.). **Saberes e práticas da inclusão**. 3. ed. Brasília: Ministério da educação e cultura, 2005. v. 5 - 7

_____. **Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência.** Marília: Unesp – Marília – Publicações, 2001.

MENDES, VICTOR – **Direitos humanos:** Declaração e conversões internacionais.Lisboa, 2002. Disponível em: MENDES,VICTOR – direitos humanos- Coimbra. Almedina. Site: afilosofia.no .sapo.pt /DirHumanos.htm – 8 k (ou dirhumanos).

OLIVEIRA, C. A. D. S. **Cidadania e inclusão**: o planejamento da política de inclusão. Brasília: CORDE, 2000.

PAULA, J. de (Org.). **Inclusão**: mais do que um desafio escolar, um desafio social. São Paulo: Editora Jairo de Paula, 2004.

SANTA MARIA, C. R. et al. **As pessoas portadoras de deficiência física diantes das barreiras sociais e físicas encontradas no município de Dracena**. 2001. 52 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Associação Educacional Toledo, Presidente Prudente, 2001.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SPOSATI, A. O. **Carta Tema**: a assistência social no Brasil, São Paulo: Cortez, 1991.

ANEXO A - Símbolo Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência

ANEXO B - Questões

DIRETOR DA ESCOLA

1- Como se iniciou o processo de inclusão dos PNE na escola, depois das leis que garanti aos mesmos esse direito á inclusão escolar?

2- Quais os tipos de deficiência que a escola atende, na sala comum? A escola esta preparada para essa trabalhar com essa demanda?

3- O espaço físico da escola está adequado para receber os alunos PNE?

4- Em sua opinião a escola inclusiva pode colaborar ou contribuir em que ponto na inserção e desenvolvimento desses alunos?

PROFESSORES

1- Como se iniciou o processo de incluir na sala comum alunos PNE? Como foi a primeira experiência dessa inclusão?

2- Como foi formulado o plano de ensino e o material pedagógico para ser aplicado em sala de aula após a inclusão das PPNE?

3- Houve algum curso de capacitação para o desenvolvimento do plano de ensino para trabalhar com esses alunos?

4- Quais as dificuldades encontradas em sala de aula com a inclusão das PPNE?

5- Na atual conjuntura como se encontra o processo de inclusão desse segmento nas escolas, em sala comum?

FAMILIA

1- Além de freqüentar a escola pública, seu filho freqüenta alguma instituição especializada á sua deficiência?

2- O ensino prestado ao seu filho na escola está sendo adequado, suficiente para seu aprendizado?

3-Quais os aspectos positivos que houve depois que seu filho passou a freqüentar a escola regular de ensino na sala comum?

4-Qual sua opinião sobre a inclusão dos PNE nas escolas públicas?

5-Há uma participação da família para o acompanhamento e desenvolvimento do seu filho no aprendizado e na convivência na escolar?